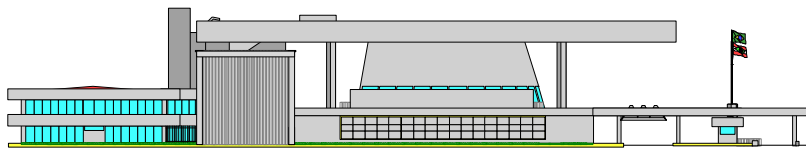


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE DEZEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.590

13ª Legislatura  
4ª Sessão Legislativa

## MESA DIRETORA

Neodi Saretta  
**PRESIDENTE**

Francisco Küster  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Vanderlei Olívio Rosso

**2º VICE-PRESIDENTE**

Odacir Zonta  
**1º SECRETÁRIO**

Gervásio José Maciel  
**2º SECRETÁRIO**

Afonso Spaniol  
**3º SECRETÁRIO**

Adelor Francisco Vieira  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Romildo Titon

## PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Gilson dos Santos

**PARTIDO DA FRENTE LIBERAL**  
Líder: Norberto Stroisch Filho

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder:

## COMISSÕES PERMANENTES

### CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente  
Júlio Teixeira – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Olices Santini  
Romildo Luiz Titon  
Miguel Ximenes  
João Henrique Blasi  
Pedro Uczai  
Jorginho Mello

### FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente  
Ivo Konell – Vice-Presidente  
Eni José Voltolini  
Sérgio de Souza Silva  
Leodegar Tiscoski  
Jorginho Mello  
Gelson Sorgato  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Carlito Merss

### AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente  
Manoel Mota – Vice-Presidente  
Olices Santini  
Eni José Voltolini  
Herneus de Nadal  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Uczai

### DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente  
Jorginho Mello – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivan Ranzolin  
Narcizo Parisotto  
Wilson Rogério Wan-Dall  
Idelvino Furlanetto

### TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente  
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Gelson Sorgato  
Manoel Mota  
Norberto Stroisch Filho  
Pedro Bittencourt Neto

### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente  
Ideli Salvatti – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Lício Mauro da Silveira  
Manoel Mota  
Júlio Vânio Celso Teixeira  
Idelvino Furlanetto

### SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente  
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente  
Udo Wagner  
Ivo Konell  
Gilmar Knaesel  
Lício Mauro da Silveira  
Cesar Antônio de Souza

### TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente  
Olices Santini – Vice-Presidente  
Ideli Salvatti  
Gilmar Knaesel  
Herneus de Nadal  
Miguel Ximenes  
Jaime Aldo Mantelli

### FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente  
Carlito Merss – Vice-Presidente  
Lício Mauro da Silveira  
Reno Luiz Caramori  
Luiz Roberto Herbst  
Miguel Ximenes  
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração eletrônica, montagem e distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

IMPRESSÃO PRÓPRIA  
ANO VII - **NÚMERO 984**  
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES  
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 137ª Sessão Ordinária realizada em 09/12/1998 .....	2
Ata da 007ª Sessão Solene realizada em 09/12/1998 .....	6
Ata da 138ª Sessão Ordinária realizada em 10/12/1998 .....	11

**Atos da Mesa Diretora**

Resoluções DP .....	11
Resoluções Administrativas .....	12

**Publicações Diversas**

Atas das Comissões Permanentes .....	14
Decreto Legislativo .....	21
Ofício .....	21
Portaria CGP .....	21
Portarias Administrativas .....	22
Projetos de Lei .....	23
Termo de Aditamento a Convênio .....	28

**PLENÁRIO**

# ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 09 DE DEZEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3970, encaminhando projeto de lei que cria cargo de provimento em comissão na estrutura organizacional da Secretaria do Estado da Segurança Pública e dá outras providências;

3971, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso e dá outras providências;

3972, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóvel no Município de Criciúma;

3973, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre enquadramento de servidores e transformação de cargos que menciona.

PROJETO DE LEI:

- de procedência do Sr. Deputado Volnei Morastoni, que denomina Dr. Abelardo Vianna, o Centro de Saúde na Rua Itajai na cidade de Blumenau.

OFÍCIOS NºS:

1731/98, do Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministério da Fazenda, reportando-se ao Telefax nº 1042/98, sobre Linhas de Crédito;

CORRESPONDÊNCIA:

- do Sr. Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e as entidades de atendimento e defesa das pessoas portadoras de deficiência, demonstrando sua preocupação

no que se refere a inclusão e revisão dos Benefícios de Prestação Continuada.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Breves Comunicações, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de uma proposta encaminhada à Mesa, no sentido de suspender a presente sessão até as 16h, tendo em vista que algumas Comissões têm reunião programada para a análise de importantes projetos que estão tramitando.

Consulta os Srs. Deputados se há algum impedimento para que possamos suspender a presente sessão até as 16h para retornarmos com as votações na Ordem do Dia.

Com a concordância de todos os Srs. Deputados presentes, suspendemos a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei nº 221/98.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 25/98, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que suspende a execução da lei do Município de Capinzal.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Volnei Morastoni e de demais membros da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Secretário da Saúde, pedindo que sejam adotadas medidas necessárias para a realização de auditoria técnico-financeiro-administrativa no Hospital Regional de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do Deputado Pedro Bittencourt, a ser enviado ao Governador do Estado, solicitando a relação nominal mês a mês das diárias pagas aos diretores e gerentes da Cidasc, referente ao exercício de 98.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Senadores de Santa Catarina e ao Congresso Nacional, pedindo o voto contrário à matéria de origem governamental que visa caçar a declaração de utilidade pública das fundações educacionais instituídas por lei municipal, haja vista o não-cumprimento do art. 170.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 065.8/98, que dispõe sobre a notificação compulsória de acidentes de trabalho com crianças e adolescentes.

A Presidência defere.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, esta Presidência dá conhecimento que encontra-se sobre a mesa justificativa de au-

sência do Deputado Francisco Küster, que encontra-se em viagem de serviço na cidade de Brasília.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o Deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez este seja o meu último pronunciamento nessa Legislatura, em função de problemas pessoais. Mas assim como comecei, e praticamente durante quase quatro anos nesta Casa, em primeiro lugar, falando sobre as questões da saúde é exatamente, mais uma vez, de novo, novamente, que volto a falar sobre este tema, até porque no início desta tarde, atendendo a um pedido das entidades médicas, da Associação Catarinense de Medicina, do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina e do Conselho Regional de Medicina, no gabinete da Presidência, realizamos uma reunião contando com a presença do Deputado Neodi Saretta, Presidente desta Casa, dos Deputados Udo Wagner, Lício Silveira e este Deputado, como Presidente da Comissão de Saúde.

Infelizmente não puderam comparecer, imagino que pela atividades de final de mandato, de tantas atividades concomitantes, outros colegas Deputados da Mesa Diretora, Líderes de Bancada e da própria Comissão de Saúde que foram convidados, para que pudéssemos analisar, nem que rapidamente, esta situação da saúde, como está no nosso Estado, e pudéssemos tirar alguns encaminhamentos. Quero perguntar o que fazer perante essa situação que aí está?

Hoje e amanhã, novamente, dois dias de paralisação do atendimento nos hospitais da Grande Florianópolis.

Eu conversei há pouco com os colegas médicos da Associação Catarinense de Medicina, do Sindicato dos Médicos e do Conselho Regional de Medicina. Lamentamos até essa atitude extrema que as entidades médicas têm que adotar de uma paralisação do atendimento de rotina, do atendimento eletivo nos serviços hospitalares da Grande Florianópolis.

É lamentável, porque, mais uma vez, no final, quem paga o pato são os pobres coitados dos pacientes, que já não têm mais o que perder, o que sofrer.

Entendemos essa necessidade extrema até como uma forma de as entidades chamarem a atenção da sociedade e do Governo. Por que desgaste político para este Governo, um Governo desta natureza, deste naipe, desta insensibilidade com a saúde?! Que desgaste político mais um Governo como este pode sofrer?! Com certeza não causa absolutamente nenhuma rasura a mais num Governo desta estirpe!

Infelizmente os pacientes, mais uma vez, é que sofrem, sem falar das consultas, dos atendimentos marcados há meses, porque o Sistema de Saúde está congestionado. Noventa por cento do atendimento do TFD - Tratamento Fora de Domicílio - que vem do Estado não é atendido. E o sistema está congestionado agora, quando não são atendidos os pacientes que estão aguardando há meses uma consulta "eletiva" hoje, mas de urgência, de emergência amanhã. Eles têm que remarcar-las!

Então, sofrem os pacientes, sofrem os cidadãos, sofre a sociedade.

O que fazer perante um Governo como este? Boicotar votações aqui? Este Governo não atende pedidos de audiência das entidades médicas há meses! Eu tenho

falado todos os dias com o Deputado João Henrique Blasi para que ele nos ajude nessa intermediação de uma audiência do Governo do Estado com as entidades médicas.

O que fazer perante essa situação?

Antes de concluir o meu pronunciamento, quero registrar aqui, inclusive a pedido das entidades médicas, três documentos. Um deles foi encaminhado pela Associação Catarinense de Medicina à Comissão de Saúde.

(Passa a ler)

"Face à insustentável situação gerada pelos atrasos nos pagamento do pró-labore..." Seis meses que os médicos não recebem.

Médicos que há seis meses não recebem pelo trabalho prestado nas UTIs, nas emergências que segurança têm? Que condições têm esses colegas médicos de poderem atender os pacientes?

Não é só irresponsabilidade do Governo! Essa irresponsabilidade do Governo está afetando diretamente a segurança de toda a sociedade! É necessária uma reação mais vigorosa deste Poder e da sociedade como um todo, porque, por menos que ela se aperceba, está sendo drasticamente afetada pela conduta irresponsável deste Governo!

Há seis meses que não recebem! O Ipsc, há mais de quatro meses que não paga! São vários tipos de pagamentos que não são feitos, pró-labore, pagamento de atendimento pelo Ipsc e salários também.

(Continua lendo)

"...a Associação Catarinense de Medicina (ACM) e o Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (Simesc) comunicam que estarão realizando um novo protesto e a suspensão do atendimento nos hospitais públicos da Grande Florianópolis nos dias 09 e 10 de dezembro, exatamente um mês após a primeira paralisação da classe contra o caos instalado no setor.

Tal decisão foi tomada em assembleia geral da classe em 30 de novembro passado, já que durante este último período de 30 dias não houve qualquer comprometimento por parte do Governo em acertar as dívidas com os médicos e prestadores de serviços da saúde, nem ao menos foi dada resposta ao pedido de audiência com o Governador Paulo Afonso Vieira. O próprio Instituto de Previdência do Estado reconheceu o débito e liberou os médicos a cobrarem a tabela pelos procedimentos realizados, demonstrando o verdadeiro desrespeito com a assistência à saúde da população catarinense e com os profissionais do setor.

Durante os dois dias de protesto, estará suspenso todo o atendimento eletivo nos hospitais e os médicos das emergências farão uma apurada triagem, tratando apenas os casos com comprovado risco de vida.

A decisão foi tomada como a última saída para que os profissionais tenham garantido o seu direito inalienável de receber pelo serviço prestado, pois a situação vivida pela classe é extremamente crítica no momento atual.

A paralisação do atendimento já foi comunicada pelas entidades ao Conselho Regional de Medicina, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Florianópolis com o objetivo de colocar as lideranças políticas, jurídicas e éticas da classe a par dos acontecimentos e solicitando o apoio ao movimento."

Este documento foi assinado pelo Presidente da Associação Catarinense de Medicina.

Quero que fique registrado também nos Anais da Casa o documento que nos foi encaminhado pelo Sindicato dos Médicos, cópia do que foi encaminhado ao Sr. Governador do Estado.

(Passa a ler)

"Pelo presente vimos informar a Vossa Excelência que no dia 01/12/98, às 20h, na sede da ACM (Associação Catarinense de Medicina), os médicos vinculados à SES, reunidos em assembleia geral, convocada pela ACM e Simesc (Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina), considerando que:

1 - não foi efetuado o pagamento dos salários de outubro e novembro/98;

2 - não foi efetuado o pagamento dos procedimentos médicos realizados nos Hospitais Públicos do Estado, nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, apesar de verbas para tal já terem sido repassadas a esta Secretaria;

3 - não foi efetuado o pagamento dos procedimentos médicos prestados aos usuários do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC) nos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, decidiram:

- suspender o atendimento ambulatorial, cirurgias e internações eletivas nos dias 9 e 10 de dezembro;

- fechar leitos de UTIs destinados a cirurgias eletivas;

- prestar somente atendimento de urgência e emergência nos hospitais da grande Florianópolis;

- entrar com mandado de segurança contra o Governo do Estado pelo atraso no pagamento dos salários;

- insistir na audiência já solicitada com o Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira;

- entrar com representação junto ao Ministério Público e Conselho Regional de Medicina contra as autoridades envolvidas nos desmandos da área da saúde;

- esclarecer, através de carta anexa, a população do Estado que o caos na saúde não foi provocado pela classe médica."

E, por último, então, Sr. Presidente, eu quero ler aqui o documento que as entidades médicas, no dia de hoje, estão distribuindo como carta aberta à população em todos os serviços de saúde da Grande Florianópolis.

(Passa a ler)

"Carta Aberta à População

A verdade sobre a situação dos médicos das emergências e UTIs dos hospitais da Grande Florianópolis.

Como deveria ser:

1 - As emergências dos hospitais da Grande Florianópolis (HRSJ - HI - HF - HGCR) atendem por mês cerca de 40.000 pacientes;

2 - Os médicos das emergências e UTIs prestam um inestimável serviço à população, em plantões ininterruptos;

3 - Estes dois setores são os mais delicados e estressantes do atendimento hospitalar;

4 - Os médicos são contratados pela Secretaria da Saúde com um salário mensal de cerca de R\$500,00 por mês, ou apenas credenciados, nesse caso, sem salários;

5 - Como complemento salarial ou como única renda deveriam receber um pró-labore por paciente atendido (R\$2,54 por consulta do SUS);

Como está:

1 - O Governo Federal repassa à Secretaria da Saúde mensalmente as verbas do SUS para o pagamento das ações de Saúde, inclusive o pró-labore médico. O

repasso do Governo Federal está em dia, mas o do Estadual está atrasado desde fevereiro;

2 - O Governo Estadual desconta todos os meses dos funcionários públicos a contribuição do IPESC, mas não paga os médicos desde maio;

3 - O Governo não pagou, até hoje, o salário de setembro aos funcionários públicos e nem aos médicos, não dando, inclusive, a garantia para os próximos meses;

O que queremos:

1 - Ser tratados com dignidade;

2 - Respeito à população garantindo o atendimento médico-hospitalar;

3 - Pagamento do que é de direito - o que já trabalhamos e produzimos;

Por isso, na quinta-feira, 29 de outubro, estaremos realizando um dia de mobilização e protesto.

Só atenderemos casos de real urgência e emergência.

Saúde: direito do povo, dever do Estado."

Para concluir, Sr. Presidente, eu pergunto: o que fazer? Como eu disse no início, perante tamanha falta de sensibilidade deste Governo para uma questão como esta, que é a saúde, a prioridade das prioridades, eu pergunto: alguém deste recinto tem dúvida de que a saúde é a prioridade das prioridades?

Este Governo, que já está no fim da linha, que já acabou, não pode continuar tratando a saúde desta forma! Cinco, dez, quinze ou vinte dias é muita coisa quando se trata de saúde, são vidas humanas que estão em jogo! O Governo não atende aos pedidos de audiência, o Governo não atende às conclamações do Ministério Público, que já deu prazo para se manifestar. O que fazer? Deixar como está? Vamos esperar o novo Governo tomar posse, tomar pé da situação? Quanto tempo vai levar para começar a responder essas questões? Temos que fazer algo para já, para ontem!

Eu entendo que não há mais saída. Parece que estão esgotadas as saídas do plano, do diálogo. Mais uma vez, peço ao Deputado João Henrique Blasi, aos Deputados da Bancada do PMDB, que têm relacionamento mais direto com o Governo do Estado, que intercedam no sentido de se obter essa audiência.

Confesso que estou decepcionado, desiludido. Sinto-me totalmente impotente, sem absolutamente saber o que fazer. Nunca imaginei algo dessa natureza. E o último conselho que eu dei às entidades médicas, que há poucos instantes se retiraram daqui, é que não resta mais nada a fazer, a não ser uma atitude drástica em relação a este Governador, algum fato que essas entidades possam criar. Não sei bem o quê, se é promover um verdadeiro cerco ao Palácio do Governo ou à residência do Governador, e levá-lo à praça pública para dar alguma resposta. Não é mais possível, Srs. Deputados, concordar, ser complacente com essa situação!

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Nobre Deputado, já conversamos sobre este assunto várias vezes. Infelizmente, esta Casa não toma nenhuma providência com relação a este caso grave que está acontecendo no nosso Estado.

Não é de hoje que V.Exa., como Presidente da Comissão de Saúde, vem discutindo esse assunto. Foram feitas várias audiências, mas não tivemos o resultado adequado para este assunto tão grave.

Eu acho que esta Casa tem que ser responsabilizada por sua ausência neste processo. Esta Casa não tem nenhuma autoridade para marcar uma audiênciazinha com esse cidadão?!

Eu acho que isso aí foge do aspecto partidário. Não é só o Deputado João Henrique Blasi, Líder do Governo, que tem essa responsabilidade mas, sim, todos os Deputados, inclusive a Mesa.

A Mesa Diretora tem a responsabilidade de convocar todos os Líderes para que seja marcada, de uma forma firme, uma audiência, porque não é mais possível escutar um assunto de tal envergadura. Não temos solução para um problema tão grave que está acontecendo neste Estado!

Temos que ter vergonha na cara, temos que tomar providências com relação a esse assunto!

Quero deixar aqui a minha marca de protesto, porque esta Casa, com exceção da Comissão de Saúde, que já vem lutando, através do seu Presidente, para sanar esses problemas, não está dando resposta. É uma vergonha o que está acontecendo neste Estado, principalmente nesta Casa!

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Deputado Lício Silveira, aceito as suas considerações mas, sem dúvida nenhuma, esta responsabilidade é coletiva, de todas as Bancadas, de todos os Partidos, porque a saúde, no discurso, é tratada com prioridade absoluta mas, na prática, na hora do pega para capar, na hora do vamos ver...

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Volnei Morastoni, em primeiro lugar, quero fazer uma retificação na manifestação do Deputado Lício Silveira, que me atribuiu uma condição que eu não tenho. A condição de Líder do Governo, sabidamente, é do Deputado Romildo Titon, eu sou o Líder da Bancada.

Entretanto, em razão de um pedido que me foi formalizado pelo Sr. Remacle Fischer, Presidente da Associação Catarinense de Medicina, secundado por pleito de V.Exa., eu me desincumbi da tarefa que me foi atribuída. Conversei, pedi, postulei, apelei para que o Governador recebesse as entidades médicas, mesmo que fosse para justificar a impossibilidade do pagamento em razão da indisponibilidade de recursos. No entretanto, não tenho até o presente momento a resposta positiva que pretendia ter para dar a V.Exa. na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa.

Portanto, estou procurando envidar todo o esforço possível para viabilizar, pelo menos, a abertura de um canal de comunicação que possa de algum modo mitigar essa dificuldade e, quem sabe, encontrar um caminho para superar esta crise, que é preocupante e afeta a todos nós.

E como disse V.Exa., temos todos nós uma parcela de responsabilidade em buscar uma alternativa que resolva.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Deputado, vemos o esforço que V.Exa. tem feito, além dos reiterados pedidos das entidades médicas e deste Deputado, em nome da Comissão de Saúde, e continuamos esperando que mantenha este seu empenho para que possamos lograr êxito nessa possibilidade de diálogo com o Governo do Estado.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado, eu acho que o Governo realmente não tem tempo de receber as entidades médicas porque ele agora se debruçou na remessa de projetos à Assembléia Legislativa, os quais dobram as despesas do Estado.

Então, dizer que não tem dinheiro é brincadeira, porque estão aqui na Assembléia Legislativa projetos de lei de complexidade imensa e de recurso financeiro acentuado.

Infelizmente, parece-me que o Partido de V.Exa. quer aprovar esses projetos; então também não quer pagar os médicos, porque se não tem dinheiro agora para isto, como é que vamos aprovar projetos de lei que duplicam a despesa do Estado?

Deputado, sou solidário com V.Exa. Também sou contra o descaso que se está cometendo com a Saúde - e os médicos já entraram em greve, acarretando problemas muito sérios, como vimos nos meios de comunicação -, mas nós temos que ser coerentes, não podemos dar a desculpa de que não temos para pagar médicos e, em contrapartida, buscar a aprovação de projetos que duplicam praticamente as despesas do Estado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Deputado Gilson dos Santos, concordo com V.Exa. que possa haver bom senso, ou seja, um entendimento e consenso também entre as Bancadas, para que possamos analisar esses projetos que aí estão e esta questão da Saúde de maneira que sejam contrabalançados com os interesses do Estado.

Aproveitando a manifestação do Deputado Gilson dos Santos, quero dizer que já encaminhamos ao futuro Governador, Senador Esperidião Amin, um pedido de audiência da Comissão de Saúde desta Casa com o grupo de trabalho sobre o Ipsc, para apresentarmos ao futuro Governador um relato da sua atual situação, das dívidas com os prestadores de serviços, da dívida histórica do Estado com o Ipsc e também de uma proposta de uma nova gestão com o Ipsc, uma gestão compartilhada, através de um conselho paritário entre Governo e servidores públicos do Estado.

Esperamos que o futuro Governador, em tempo, possa receber esta Comissão, para tomar conhecimento desta situação e também as medidas cabíveis, com a urgência que se faz necessária.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, é muito importante essa luta toda para com a saúde pública no Estado de Santa Catarina e a sua denúncia veemente nesta tarde: de que não é mais possível vitimar-se pessoas neste Estado através de irresponsabilidade pública para com a Saúde.

Isso mostra a necessidade de se aglutinar forças para mobilizar a sociedade, sensibilizando não só esta Casa, mas toda a sociedade, para a gravidade deste problema.

E nós aqui, enquanto Bancada, quando o Deputado Gilson Santos questiona estarmos votando projetos que oneram o caixa do Tesouro, não temos nenhuma responsabilidade com o caixa do Tesouro deste Estado. Quem sabe o PPB e outros Partidos tenham mais responsabilidade do que nós quando concedem incentivos fiscais para que diminuam a receita do Estado, diminuindo, assim, os recursos para as políticas públicas.

Quem sabe nós possamos diminuir os gastos do Governo votando o fim da pensão vitalícia dos ex-Governadores, fazendo com que sobre mais recursos para a Educação, para a Saúde e para outras instituições públicas.

Quero deixar claro que a Bancada do PT não vai fazer o que o PPB, o PFL e o PMDB estão fazendo no Rio Grande do Sul, votando projetos de lei que concedem não só incentivos fiscais mas, também, possibilitando aumento de salário para os cargos de nível superior. Estão transformando os cargos comissionados em efetivos com o aumento dos próprios salários, para que o futuro Governo pague a conta!

Esperamos que o PPB faça a sua análise do ponto de vista moral, porque o PT só vai votar projetos aqui que incidam em melhorias na condição de vida e de trabalho dos profissionais como um todo, e não apenas de cargos comissionados. Também vai votar projetos do ponto de vista da moralização e da ética na coisa pública. E há uma denúncia, sim, de que no Rio Grande do Sul está-se votando projetos imorais.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Para concluir, Sr. Presidente, pergunto mais uma vez o que fazer. Ou encontramos uma solução negociada diplomaticamente, politicamente, ou teremos que tomar, sem dúvida, uma atitude mais contundente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado Volnei Morastoni, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que os líderes das entidades médicas foram recebidos hoje às 14h, no gabinete da Presidência, na presença de V.Exa., como Presidente da Comissão de Saúde, e de outros Deputados, quando foi trazido à Mesa, pela primeira vez, que havia um pedido de audiência que não estava sendo atendido.

Portanto, não basta fazer colocações, é preciso que haja encaminhamentos. E a Mesa, tão logo tomou conhecimento disso, determinou à sua assessoria que providenciasse um documento, que será assinado pelo Presidente e pelos Líderes e encaminhado ao Governo do Estado, pedindo com urgência essa audiência.

Mas outras medidas podem ser tomadas e sugeridas. Assim sendo, convidamos os Líderes de Bancadas para uma reunião após esta sessão, a fim de debatermos este assunto e, quem sabe, vermos outras ações políticas que devam ser tomadas, para que isso não fique apenas em discurso nos microfones.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Parabenizo V.Exa. por esta atitude, Sr. Presidente, e espero que os Líderes tomem uma decisão com relação a este assunto, fazendo com que o Governo do Estado atenda as entidades que são responsáveis pela Saúde no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, Deputado Luiz Herbst, por trinta minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Sr. Presidente e Srs. Deputados, está tramitando nesta Casa um projeto de lei de nossa autoria que dispõe sobre a aquisição de móveis escolares em Santa Catarina.

Na realidade, nós já fizemos isso há alguns meses, e pedimos aos membros da Comissão de Constituição e Justiça que verifiquem isso na próxima reunião da Comissão, pois este é um projeto de grande importância.

Diz o seu art. 1º: "Fica o Estado obrigado, em observância ao disposto no art. 163 da Constituição Estadual, a adquirir os móveis escolares destinados a ambientes internos manufaturados com material renovável, biodegradável, especialmente madeira oriunda do reforestamento."

Fizemos este projeto porque verificamos que alguns Estados do Brasil estão adquirindo móveis escolares com o produto SMC, um composto de fibra e material sintético. Só para se ter uma comparação, uma carteira comum hoje custa em média R\$48,00, enquanto que as carteiras com SMC custam R\$100,00, ou seja, 115% mais cara.

Poderíamos dizer: se custa 115% a mais, vai durar muito mais também. Mas essa não é a realidade, a duração é 30% somente a mais do que as carteiras normais.

Por isso, elaboramos o nosso projeto com a seguinte observação: que os produtos também têm que ser fabricados em Santa Catarina e no Brasil. Porque os produtos SMC, que geralmente são importados, vão gerar desemprego; as empresas de Santa Catarina e do Brasil irão fechar se forem comprar os produtos de empresas do exterior.

As carteiras normais fabricadas em Santa Catarina são feitas de materiais renováveis e não poluentes, enquanto que as demais são feitas com produtos fósseis, não renováveis e poluentes, e ecologicamente não são corretos para aplicação. Além do mais, são produtos de difícil conserto, pois depois de estragados podem quebrar e são materiais cortantes, o que não acontece com as carteiras normais fabricadas principalmente no Estado de Santa Catarina.

Por isso, pedimos aos Deputados-membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis que analisem este projeto, e já que ele é simples, que fosse colocado em votação na próxima segunda ou terça-feira, no Plenário.

Também para nossa surpresa, já que o projeto vinha tramitando há alguns dias, ficamos sabendo que hoje à tarde, às 14h, houve aqui em Santa Catarina uma tomada de preços, a nº 086/98, para a compra de 7.500 conjuntos.

Então, a nossa preocupação é que venham a ganhar esta licitação justamente esses materiais que achamos que não deveriam ser comprados e aplicados aqui em Santa Catarina.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Júlio Teixeira - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Júlio Teixeira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu só gostaria de lembrar sobre a reunião da Comissão Especial.

Na qualidade de Relator, com a deferência do Presidente da Comissão, gostaria de convocar os membros da Comissão Especial que analisa a indicação do Conselho para o Tribunal de Contas para uma reunião após o encerramento da sessão plenária, na sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ficam, portanto, convocados os membros da Comissão Especial que analisa a indicação do Conselho para o Tribunal de Contas para uma reunião após o encerramento da presente sessão.

Continua livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 18h, quando será homenageado o cidadão catarinense D. Paulo Evaristo Arns.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 007ª SESSÃO SOLENE

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 09 DE DEZEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezoito horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaramos aberta a presente sessão.

Convidamos o Sr. Deputado Adelor Vieira, Quarto Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, para conduzir ao Plenário as autoridades nominadas para comparecer a mesa:

Sua Eminência Reverendíssima Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, ex-Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo e nosso homenageado nesta sessão;

Excelentíssimo Sr. César de Barros Pinto, digníssimo Secretário de Estado Extraordinário para Implantação da Qualidade e Produtividade Total, representando o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, digníssimo representante do excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, digníssimo Vice-Prefeito, representando a excelentíssima Sra. Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Padre Vilmar Adelino Vicente, digníssimo representante do reverendíssimo D. Eusébio Oscar Schneider, digníssimo Arcebispo Metropolitano;

Excelentíssimo Sr. Coronel Nilo Fontoura Nunes, digníssimo representante do excelentíssimo Sr. Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimas autoridades;

Excelentíssimos Srs. Deputados.

A presente sessão foi convocada para homenagear o cidadão catarinense D. Paulo Evaristo Arns, que se notabilizou nacional e internacionalmente na luta pelos direitos humanos, no auxílio aos injustiçados, nas vigílias pelo restabelecimento do regime democrático, na evangelização das comunidades periféricas, no incremento da Pastoral Familiar da Juventude dos Trabalhadores e no desempenho de uma ação eclesial, que o faz merecedor da reverência de seus coestaduanos.

Convidamos a todos os presentes para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Com a palavra o Mestre de Cerimônias.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - (Passa a ler)

"D. Paulo Evaristo Cardeal Arns nasceu em 14 de setembro de 1921, em

Forquilha, então Município de Criciúma, Santa Catarina.

Fez seus estudos de Filosofia em Curitiba e de Teologia em Petrópolis, no Instituto dos Franciscanos, formando-se em 1947.

Cursou Letras na Universidade da Sorbonne, onde doutorou-se em 1952. A tese que lhe valeu o mais alto grau - *Très Honorable* - versou sobre 'A Técnica do Livro em São Jerônimo'. Durante a sua estada em Paris, cursou também os *Hautes Etudes* e a Escola Superior de Pedagogia.

De regresso ao Brasil, foi professor no Teologado Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica da mesma cidade. Simultaneamente, exerceu o ministério sacerdotal entre os pobres dos morros de Petrópolis durante dez anos e meio, época em que cuidava de uma capela, no bairro do Itamarati.

Em 1966, foi nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, para a função de Auxiliar do Cardeal Arcebispo de São Paulo. A ordenação episcopal deu-se em 3 julho de 1966.

Durante quatro anos foi vigário episcopal da região norte da Arquidiocese de São Paulo, cargo que ocupava quando de sua nomeação para Arcebispo Metropolitano de São Paulo, em outubro de 1970. Sua posse deu-se em 1º de novembro de 1970. No Consistório de março de 1973, o Papa Paulo VI nomeou-o Cardeal da Santa Igreja, tendo sua investidura ocorrido em Roma, no dia 5 de março de 1973.

O Cardeal Arns é jornalista militante e autor de 48 livros originais e 5 em tradução. Suas obras versam sobre a ação pastoral da Igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã dos primeiros séculos, além de temas de espiritualidade para agentes de pastoral. São centenas os artigos escritos para diversas revistas das quais foi redator, antes do episcopado. D. Paulo fala diariamente em várias emissoras de rádio, contando, numa delas, com cinco programas diários.

No estrangeiro e no Brasil, recebeu doutorados, títulos e prêmios, cuja relação pode ser consultada à parte.

Em 1982, foi o único religioso em todo o mundo eleito para a Comissão Internacional Independente para Questões Humanitárias da ONU. Foi membro da Pax Christi Internacional; faz parte do Serviço Internacional para Direitos Humanos; do Serviço Paz e Justiça na América Latina; do Comitê Internacional para Prevenção da Tortura; é membro da Comissão Sul-Sul, presidida por Mwalimu Julius Nyerere da Tanzânia; e do Comitê Honorário da Campanha Européia pela Interdependência e Solidariedade Norte-Sul, do Conselho da Europa, a convite do Rei Juan Carlos I, da Espanha.

Sua ação pastoral em São Paulo foi sempre marcada por especial orientação em favor do povo da periferia, do mundo do trabalho e da criação de centros comunitários.

A cada quatro anos, durante seu governo pastoral, as bases da Igreja de São Paulo, através de processo democrático, elegeram as prioridades pastorais, que foram assumidas pela Arquidiocese.

Muito conhecido é o trabalho de D. Paulo na área da denúncia das violações dos direitos humanos, através do livro 'Brasil Nunca Mais', projeto preparado secretamente durante alguns anos e assumido pelo Cardeal, que documenta, a partir de depoimentos obtidos dos arquivos militares, o uso institucionalizado da tortura durante o regime militar de 1964 a 1985.

Seus pronunciamentos, freqüentemente registrados pela imprensa, são geralmente marcados por apelos insistentes em favor de soluções não violentas, desarmamento, participação, democracia e comunhão.

Títulos honoríficos e prêmios:

1. Sócio honorífico do Instituto Paranaense de Pedagogia, Curitiba (PR), 31/01/58;

2. Cidadão Petropolitano;

3. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

4. Grão-oficial da Ordem *El Sol del Perú*, do governo peruano;

5. Medalha comemorativa ao Jubileu de Prata da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, pelos relevantes serviços prestados;

6. Medalha Pero Vaz Caminha, do Instituto Histórico e Geográfico Pero Vaz Caminha;

7. Diploma da Creche João XXIII, pelos relevantes serviços à Ação Comunitária Paroquial de Guaianazes, 1972;

8. Cavaleiro da Grã-Cruz, da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém;

9. Sócio honorário da Sociedade Paulista de História da Medicina;

10. Sócio honorário da Pontifícia Academia Mariana Internacional, Roma, Itália;

11. Medalha Carlos Gomes, da Sociedade Brasileira Arte, Cultura e Ensino de Campinas-SP;

12. Medalha de Mérito Pessoal e Relevantes Serviços, da Sociedade Consular de São Paulo;

13. Medalha do Valor Cívico, do Governo do Estado de São Paulo;

14. Sócio honorário da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, São José dos Campos-SP;

15. Cidadão de Passo Quatro - MG;

16. Medalha Cívico-Cultural, do sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo;

17. Doutor *Honoris Causa* em Leis, pela Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA, juntamente com o Presidente americano Jimmy Carter;

18. Cidadão Paulistano;

19. Diploma-Homenagem, pelos relevantes serviços prestados à comunidade na defesa pelos direitos humanos, da 60ª Turma de Medicina da Universidade de São Paulo;

20. Cidadão Mojmiriano;

21. Cidadão Joseense;



22. Cidadão Jacareense;
23. Cidadão Sãojoanense;
24. Membro honorário do Coral Eucarístico-Comunicação de São Paulo;
25. Cidadão honorário de Piquete;
26. Cidadão Candidomoteus;
27. Cidadão de Guarujá;
28. Cidadão Prudentino;
29. Cidadão Mineiro, honraria informal, outorgada em desagravo por mineiros de São Paulo, em sessão solene na Assembléia Legislativa de São Paulo;
30. Certificado de Gratidão, comemorando a visita ao Brasil do Papa João Paulo II, os 480 anos do descobrimento do Brasil e da 1ª Missa, do Instituto Histórico e Cultural Pero Vaz Caminha;
31. Cidadão Francorochense
32. Cidadão Benemérito Aparecidense;
33. Cidadão Aguaiano;
34. Doutor Honoris Causa em Sagrada ologia, Siena College, Loundonville, EUA;
35. Doutor Honoris Causa em Leis, Fordham University, Bronx, EUA;
36. Cidadão Honorário do Estado do paraná;
37. Medalha de reconhecimento à colaboração, recebida no 15º aniversário da constituição das Centrais Elétricas de São Paulo;
38. Prêmio (informal) 'Mahatma Gandhi' da Paz, em eleição coordenada pelo publicitário Carlito Maia e apuração referendada pela Presidência da Associação Brasileira de Imprensa;
39. Doutor Honoris causa em Leis, Seton Hall University, Newark, EUA;
40. Sócio Honorário da Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas, regional São José dos Campos (SP);
41. Prêmio Internacional 'Letelier-Moffitt de Direitos Humanos', do Instituto de Estudos Políticos de Washington, EUA, fundado pelo Presidente Kennedy;
42. Doutor Honoris Causa em Teologia, Universidade de Münster, Alemanha;
43. Cidadão Ibiunense;
44. Cidadão Livre de Galway, Irlanda;
45. Cidadão Lindoiense;
46. Cidadão Osasquense;
47. Prêmio Governo do Estado do Rio de Janeiro, como a grande personalidade brasileira, pela amplitude com que assumiu as responsabilidades da Igreja;
48. Medalha Comemorativa Bicentenário do Padre Diogo Antônio Feijó, do Governo do Estado de São Paulo;
49. Prêmio Internacional 'Medalha Nausen', do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, recebido em Genebra, Suíça, Palácio das Nações Unidas;
50. Sétimo Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, do Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e Comitê Brasileiro pela Anistia;
51. Doutor Honoris Causa em Leis, Saint Francis Xavier University, Antigonish, Canadá;
52. Cidadão Cruziliense, Minas Gerais;
53. Cidadão Paracambiense, Rio de Janeiro;
54. Diploma Honra ao Mérito da Casa de Detenção Prof. Flaminio Fávero, de São Paulo, pela contribuição dada à ressocialização dos encarcerados;
55. Comendador da Legião de Honra, do Governo da França, entregue pelo Embaixador da França no Brasil, presente a Primeira-Dama Danielle Miterrand, em São Paulo;
56. Diploma 'Ordem dos Queixadas', do Sindicato dos Trabalhadores da Perus, pelo testemunho de firmeza permanente e de ação não violenta na busca da justiça;
57. Prêmio Internacional 'Arcebispo Oscar Romero de Direitos Humanos', da Fundação Ecumênica Menil-Rothko Chapel, Houston, Texas, EUA;
58. Doutor Honoris Causa em Ciências Humanas, Universidade Evangélica de Dubuque, Iowa, EUA;
59. Primeiro Prêmio Nacional de Direitos Humanos, da Coordenação Brasileira dos Centros de Defesa e Direitos Humanos;
60. Doutor Honoris Causa, Universidade de São Francisco, Bragança Paulista, São Paulo;
61. Menção Honrosa da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico/CNBB, em reconhecimento pelo constante incentivo à aproximação entre os povos e apoio aos promotores da compreensão entre católicos e judeus no Brasil;
62. Medalha Chico Mendes de Resistência, do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro;
63. Prêmio Helder Câmara de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Pernambuco;
64. Doutor Honoris Causa, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo;
65. Prêmio 'Intelectual do Ano, 1990', Troféu Juca Pato, da União Brasileira de Escritores e Folha de S. Paulo;
66. Medalha do Mérito Anita Garibaldi, categoria Ouro, do Governo do Estado de Santa Catarina, pelos relevantes serviços prestados ao Estado;
67. Prêmio '10 anos da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP', Ordem dos Advogados do Brasil, São Paulo;
68. Doutor Honoris Causa em Ciências Humanas, Manhattanville College, Purchase, New York;
69. 2º Prêmio Oscar Romero de Serviços à Não-Violência e aos Pobres, de Pax Christi, Maine Portland, EUA;
70. Cidadão Ribeirãoopretano, Decreto Legislativo nº 29/81, entregue em solenidade à Catedral de Ribeirão Preto, São Paulo;
71. Sócio Benemérito do Centro Catarinense Anita Garibaldi de São Paulo;
72. Prêmio 'The Right Livelihood', conquistado na Europa pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Brasil e, por estes, repassado ao Cardeal Arns em março/1992, em virtude do apoio que dele receberam;
73. Doutor Honoris Causa, Universidade do Sagrado Coração de Jesus, Bauru, São Paulo;
74. Cidadão Honorário e Benemérito de Cataguasis, Minas Gerais;
75. Doutor Honoris Causa Universidade Católica de Nimega, Holanda;
76. Prêmio Graymoor e afiliação à Ordem Primeira dos Irmãos Franciscanos da Reconciliação, com solenidade de entrega em New York, EUA;
77. 11º Prêmio Niwano da Paz, Tóquio, Japão, em 11 de maio de 1994;
78. Diploma Honra ao Mérito/sócio remido da Associação Brasileira de Imprensa;
79. Cidadão Emérito de Santos;
80. Título 'Uma das 50 personalidades que ajudaram a tornar este mundo melhor', da entidade 'The Christophers', EUA;
81. Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga, conferida pelo Governador Mário Covas (SP);
82. Diploma de Louvor pelos 50 anos de sacerdócio, da Câmara Municipal de Curitiba (PR), 1995;
83. 1º Prêmio dos Direitos Humanos, categoria 'Livre', concedido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso;
84. Cidadão Benemérito de Forquilha (SC), em 1995, da Câmara Municipal de Forquilha;
85. Prêmio Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Maceió (AL);
86. Cidadão Honorário de Maceió (AL);
87. Medalha de Honra da Universidade de São Paulo;
88. Medalha Brás Cubas, da Câmara Municipal de Santos (SP);
89. Presidente Honorário do Conselho Editorial do Instituto Gutenberg, Centro de Estudos da Imprensa, em São Paulo;
90. Comenda Maior da Ordem de Nossa Senhora do Ó, no bicentenário da fundação da paróquia, São Paulo;
91. Homenagem/Reconhecimento pela Educação para a Paz, Justiça e Ecologia, da Universidade São Francisco, Bragança Paulista (SP);
92. Medalha Brigadeiro Tobias, da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
93. Prêmio Criança e Paz 1996, do Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância -, recebido em Brasília;
94. Sócio Benemérito da ABI - Associação Brasileira de Imprensa - Rio de Janeiro;
95. Prêmio PNBE de Cidadania do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, recebido em São Paulo;
96. Prêmio Franz de Castro Holzvarth/1996, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccção de São Paulo;
97. Homenagem do Conselho Federal da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília;
98. Diploma do Mérito Comunitário da Sociedade Amigos da Polícia Militar, São Paulo;
99. 'Negro Honorário', título concedido por sete entidades de afrodescendentes de São Paulo;
100. I Prêmio Santos Dias de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
101. Troféu-Homenagem da Congregação Israelita Paulista;
102. Homenagem da Plenária dos Conselhos Gestores dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do Município de São Paulo;
103. Sócio da Ancarc - Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias;
104. Doutor Honoris Causa, pela Universidade Católica de Goiânia (GO);
105. Reconhecimento público do Governo Federal, através do gabinete do Ministro da Justiça, pela atuação heróica, abnegada e corajosa na defesa dos direitos humanos no País;
106. Tributo de gratidão da Câmara Municipal de São Paulo, iniciativa da Vereadora Aldaiza Sposati;
107. Homenagem da Ordem dos Advogados do Brasil/Osasco-SP e do Condeph - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, núcleo de Osasco, durante o I Tribunal de Direitos Humanos realizado naquela cidade;
108. Título 'Cardeal da Cidadania', outorgado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, pelos

relevantes serviços prestados à causa dos direitos humanos no Brasil, inclusive por sua atuação no esclarecimento do assassinato de Vladimir Herzog, em outubro de 98;

109. Prêmio Ordem do Mérito da Fraternidade Ecumênica, categoria Religião/98, da Legião da Boa Vontade;

110. Prêmio Brenda Lee, categoria Direitos Humanos, do Centro de Referência e Treinamento em DST da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, pelo destaque alcançado no enfrentamento da epidemia de Aids nos últimos 15 anos;

111. Doutor Honoris Causa da Universidade do Extremo Sul Catarinense, título este recebido ontem, 08 de dezembro de 1998, em Criciúma."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) -Excelentíssimo Sr. Juiz Cláudio Gastão da Rosa, digníssimo representante do Desembargador Wilson Eder Graff, Presidente do TRE;

Excelentíssimo Sr. Luis Fernando Molierre, no exercício da Presidência da OAB em Santa Catarina;

Excelentíssima Sra. Professora Zuleika Lenzi, digníssima Vice-Presidente do diretório estadual do PMDB;

Excelentíssima Sra. Jane Viana, representante do Presidente da Pastoral da Criança de Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Capitão Edson Luiz Castilho, representante do excelentíssimo Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Tenente-Capelão Mário Tonetta, representante do excelentíssimo Sr. Comandante da Escola Aprendizes de Marinheiro;

Excelentíssimo Sr. Segundo-Tenente Umberto Teixeira, representante do Diretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis;

Excelentíssimo Dr. Luiz Carlos Luckmann, Presidente da Acafe;

Reverendíssimo Padre Dorvalino Rock, representante da Fundação Educacional de Brusque;

Excelentíssimo Sr. Conselheiro Arcêmio Patrício, representante do Conselho Regional de Administração;

Excelentíssimo Sr. Gerson Antônio Basso, Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Santa Catarina;

Reverendíssimo Padre Nei Brasil Pereira, Professor do Itesc e da Pastoral Carcerária;

Excelentíssimo Sr. Marcos Wandresen, representante do Presidente do Conselho Estadual do Idoso;

Excelentíssima Sra. Janice Guitel, representante da Federação da Pequena e Microempresa de Santa Catarina;

Reverendíssimo Padre Joaquim Roque Filippin, da Paróquia Santa Terezinha, Prainha, em Florianópolis;

Excelentíssimo Sr. Joacirton Rosso, sobrinho do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns.

Concedo a palavra ao Deputado João Henrique Blasi, na qualidade de Autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, para falar também em nome de todas as Lideranças dos Partidos Políticos com assento nesta Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Excelentíssimo Sr. Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente desta Casa Legislativa;

Sua Eminência Reverendíssima Cardeal Arcebispo Emérito de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns;

Excelentíssimo Dr. Cesar de Barros Pinto, Secretário do Estado Extraordinário para

Implantação da Qualidade e Produtividade, representando o Sr. Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, representante do excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Professor Péricles Prade, Vice-Prefeito Municipal de Florianópolis;

Reverendíssimo Padre Vilmar Adelino Vicente, representante do reverendíssimo D. Eusébio Oscar Scheidt, Arcebispo Metropolitano;

Excelentíssimo Sr. Coronel Nilo Fontoura Nunes, representante do excelentíssimo Sr. Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo Sr. Deputado Adelino Vieira, Quarto Secretário da Mesa Diretora deste Parlamento;

Senhoras e senhores;

Demais autoridades;

Senhores Deputados.

Permita-me, Sr. Presidente, que inicie esta alocução, em que tenho o privilégio de falar por todos os Partidos das Bancadas que compõem este Parlamento, enfatizando o caráter suprapartidário da homenagem nesse ensejo prestado a S. Ema. Reverendíssima, que decorreu em requerimento de minha lavra, submetido à deliberação no dia 18 de maio do corrente ano, vazado, na parte nuclear, nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"(...) requerer, ouvido o douto Plenário, a realização de sessão solene destinada a homenagear o cidadão catarinense D. Paulo Evaristo Arns, que dentro de alguns dias, por implemento de idade, transmite o comando da Arquidiocese de São Paulo, onde notabilizou-se nacional e internacionalmente na luta pelos direitos humanos, no auxílio aos injustiçados, nas vigílias pelo restabelecimento do regime democrático, na evangelização das comunidades periféricas, no incremento da pastoral familiar, da juventude, das crianças, dos trabalhadores, enfim, no desempenho de uma ação eclesial que o faz merecedor da reverência dos seus coestaduanos."

Esta proposição, Sr. Arcebispo, mereceu, como disse há pouco, a unanimidade do apoio desta Casa Legislativa, representando, por extensão, a unanimidade do apoio da reverência que o povo de Santa Catarina atribui a V. Exa. Reverendíssima.

A vida de um homem pode não ter biografia, mas terá sempre geografia, porque todos trazemos, grandes ou pequenos, as marcas indelévels da terra natal.

Não é exatamente o caso presente, porque a biografia de D. Paulo Evaristo Arns, de tão fecunda, de tão extensa, consumiu parte substancial desta sessão, posto que tão relevantes os títulos, nenhum deles poderia ser omitido.

Há, portanto, uma dupla satisfação nesta homenagem que o Parlamento Catarinense presta neste ensejo. A primeira é do caráter geográfico, do regozijo de Santa Catarina em ter entre seus filhos uma pessoa da estirpe, do reconhecimento que V. Exa. logrou granjear da comunidade nacional e internacional.

Falar de D. Paulo Evaristo Arns implica começar por uma rememoração, começar por uma volta ao passado, começar por tempos que a memória não nos deve trazer à colação, mas em algumas oportunidades é importante rememorar e lembrar dos duros anos do Governo Militar, em que tantos foram perseguidos, presos e torturados.

Naquela época, D. Paulo, sua voz, sempre destemida, veio em auxílio dos injustiçados, seu coração acolhia igualmente a todos e com todos sofria. Vigílias de oração, conforto às famílias, visita aos presos, audiência com os governantes, muito sofrimento para o coração do Pastor. A fim de que a geração futura não repetisse o desatino daqueles tempos de horror, era preciso escrever o livro Brasil Nunca Mais.

Fortalecido pela fé em Jesus Cristo, deu-nos sempre exemplo de coragem. Seu olhar estava sempre voltado para construir a paz e a justiça, marcas do reino de Deus.

Sua incansável ação pastoral organizou planos de evangelização, criou novas comunidades na periferia, promoveu a formação do clero, de religiosos e de leigos.

Desenvolveu o trabalho vocacional, fomentou o diálogo ecumênico e inter-religioso, incentivou a pastoral familiar da criança, da juventude e do operário. Voltou sua ação para as favelas e para os cortiços, para o menor desamparado, para a mulher marginalizada, para as prisões e para o povo da rua.

Seu zelo, D. Paulo, foi muito além da arquidiocese. Solicito de toda a Igreja, preocupou-se com os problemas e desafios do mundo atual.

Convidado por organismos internacionais, anunciava a mensagem do Evangelho do respeito à dignidade da pessoa humana e na concórdia pela convivência entre os povos. Isso valeu a concessão, como lido há pouco, de diversos títulos de Doutor Honoris Causa.

No entanto, D. Paulo, a vida de oração, o estudo pessoal e a atividade pastoral constante aproximaram ainda mais sua vida daqueles que Deus colocou ao seu lado.

Longas conversas, muitos conselhos, muitas orientações, todos encontramos lugar em seu coração amigo, que sabe sempre compreender, perdoar e, sobretudo, alimentar a esperança.

Cardeal e Arcebispo, Doutor em Letras e capaz de mover multidões, conservou sempre seu jeito franciscano de ser. Sempre discreto, humilde, às vezes retraído até, mas feliz no meio dos pobres ofereceu ao povo da rua inúmeros cuidados pastorais e uma belíssima Casa de Orações no centro da cidade de São Paulo, onde se sentem todos acolhidos e todos valorizados.

Por isso, D. Paulo Evaristo Arns, neste momento em que V. Exa., como disse há pouco, por implemento de idade, viu-se na contingência de deixar o comando da Arquidiocese de São Paulo, V. Exa. o fez não no ocaso bruxuleante de uma carreira, mas ao contrário, no zênite de uma trajetória que só conheceu curva ascendente. E uma coincidência histórica é muito auspiciosa para nós, afinal de contas, amanhã, dia 10 de dezembro, comemora-se o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

E se há alguém emblemático no Brasil, alguém que possa representar a luta em favor dos direitos humanos e dos direitos naturais, outra figura não é senão a do Cardeal, Arcebispo Emérito de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

Nós, aqui em Santa Catarina, fazendo um parêntese, vimos aprovada também por este Parlamento - e se encontra em vias do sancionamento, do decreto pelo Sr. Governador - uma lei que não resgata o sofrimento daquelas pessoas que foram também aqui vitimadas pelo regime de exceção, que não lhes restitui a paz, mas, antes de tudo, o *mea culpa* do Estado e o reconhecimento, pela via pecuniária, da dignidade daquelas pessoas. Foi uma lei in-



compreendida e criticada por muitos, mas aprovada na unanimidade por esta Casa, pois é, sobremodo, justa.

D. Paulo, em sua vida, seguiu alguns preceitos que, no meu modesto juízo, devem ser perseguidos por todos aqueles que se propõem a essa missão esplendorosa, que é a de apascentar as almas.

Entendo que todo líder religioso não deve só confortar os aflitos, deve também afligir os confortáveis. E, muitas vezes, D. Paulo teve essa postura, concitando as autoridades, concitando aqueles que têm poder e mando para que pudessem corrigir as infrações, para que pudessem corrigir tantas ações detrimetosas ao ser humano. Também foi sempre apanágio da formação e da ação eclesial de D. Paulo a Igreja formar a consciência cristã dos políticos mas, também, a consciência políticas dos cristãos.

Por tudo isso, D. Paulo, V. Ema. Reverendíssima é credor e morredouro da gratidão e do apreço do povo de Santa Catarina.

A vida não é válida só pelo suceder dos anos mas pelo amor que possamos dar, pelo bem que possamos semear, pela felicidade que possamos proporcionar aos nossos semelhantes.

Os nossos votos, o voto do Parlamento catarinense, os votos do povo de Santa Catarina são o sentido de que Vossa Excelência Reverendíssima viva, continue vivendo intensamente à mercê de Deus por muito tempo esses valores que são fundamentais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi

Saretta) - Neste momento, com satisfação, anuncio a entrega do Título de Honra ao Mérito ao Cidadão Catarinense D. Paulo Evaristo Arns. (Procede-se à entrega do Título de Honra ao Mérito.)

(Palmas)

Concedo a palavra a D. Paulo Evaristo Arns.

O CARDEAL D. PAULO EVARISTO ARNS - Excelentíssimo Sr. Presidente; meus caríssimos representantes do povo como Deputados Estaduais; amigos todos aqui presentes e defensores dos direitos humanos, peço licença para essa saudação, na simplicidade, para agradecer a votação unânime desse título novo que acabam de acrescentar à minha pequena biografia.

Eu me sinto, de fato, em casa nesta Casa, que é do povo. E digo com muita satisfação que embora haja Estados maiores, Estados mais ricos, Estados quem sabe com mais iniciativas, há um só Estado com mais de dois cardeais nomeados da Igreja católica, Minas Gerais, e, em segundo lugar, Santa Catarina, único Estado com dois cardeais, um de São José e outro de Forquilha.

Não sei se é um orgulho mas é, em todo caso, uma satisfação que, dentre todos os Bispos e Arcebispos do mundo, que são três mil, o Papa tenha escolhido dois de Santa Catarina para representar seu próprio Conselho, e esse Conselho nunca é passivo de qualquer mudança. Embora como Arcebispo eu possa ser emérito, como Cardeal eu tenho que ser sempre ativo, tenho que ser sempre conselheiro do Papa e tenho que levar sempre do Brasil as idéias para o Soberano Pontífice. E isso eu faço em nome daqueles que me honram esta noite, em nome do Estado e em nome do País.

Mas gostaria de acrescentar que esta sessão eu consagro ao meu xará, o

Deputado catarinense Paulo Stuart Wright, que foi assassinado na prisão de São Paulo.

Eu sou testemunha de algumas pessoas que ouviram o desespero de seu companheiro Paulo Stuart Wright, que me confiaram esses gritos para eu transmitir ao irmão dele, o Reverendo Jaime Wright, que durante nove anos consagrou todo o seu tempo em nome de sua Igreja, que não é Católica, é Presbiteriana, ficando ao meu lado na Cúria Metropolitana de São Paulo para atender a todas as pessoas que vinham pedir socorro porque algum filho, algum parente ou alguma pessoa ligada à sua atividade tinha sido presa ou tinha desaparecido.

Durante nove, quase dez anos, o Reverendo Jaime Wright, sem ser remunerado pela Igreja Católica mas, sim, pela Igreja Presbiteriana, trabalhou como se fosse meu Bispo auxiliar e se tornou, e é até agora, um irmão meu, profundamente amado e venerado, e irmão de um de seus Colegas, Paulo Stuart Wright, que dedicou a sua vida na defesa da liberdade de comunicação e por isso foi morto.

Foi em 1979 que o Reverendo Jaime Wright saiu do gabinete ao lado do meu, na Cúria Metropolitana de São Paulo, para me dizer: "D. Paulo, será que todos esses acontecimentos podem desaparecer?" E eu disse: temos que fazer alguma coisa para perpetuar a memória, porque a nova geração não saberá nada do que aconteceu nem no tempo da ditadura do Getúlio, nem no tempo da ditadura dos militares.

E foi naquele momento que nós dois unimos os pensamentos e tramamos o livro Brasil Nunca Mais, de tal maneira que nenhum dos colaboradores soubesse o que estava acontecendo.

Nesta sexta-feira eu vou fazer uma conferência sobre direitos humanos na Unicamp, uma das universidades mais célebres do Brasil. É aquela universidade que guarda um milhão de páginas copiadas fielmente dos processos que foram feitos diante dos tribunais militares, e nenhum outro documento foi juntado a este. E desses processos, desse um milhão de páginas guardadas na Unicamp, portanto, em Campinas, São Paulo, saiu o livro Brasil Nunca Mais, não se acrescentando um único testemunho que não fosse assinado por quatro militares e por um juiz togado, como era costume naquele tempo.

Por isso, eu gostaria de consagrar ou de devolver aos Srs. esta homenagem, para que Paulo Stuart Wright seja sempre lembrado e que todos os defensores da liberdade do Brasil recebam o seu reconhecimento devido.

Muito obrigado por isso!

(Palmas)

Eu gostaria de acrescentar que o Estado de Santa Catarina, por mais pequeno que pareça, porque está comprimido entre dois gigantes, Rio Grande do Sul e Paraná, é realmente um Estado modelo sob muitos aspectos.

Nós podemos, em qualquer lugar do mundo, como eu fiz e faço sempre, dizer: eu sou de Santa Catarina, Brasil. E eles perguntam onde fica. Eu digo: Brasil ou Santa Catarina? Alguns dizem Brasil, como me aconteceu na Austrália, e outros, onde fica Santa Catarina, Criciúma e, muito mais, onde fica Forquilha. Mas, em todo caso, aconteceu que um homem nascido em Forquilha foi convidado, em quatro ocasiões, para influir na história mundial. A primeira vez foi para acabar a guerra entre Egito e Israel. E aí nós nos reunimos, representantes de todas as religiões, e da religião católica foi escolhido o Cardeal

Arcebispo de São Paulo. Ele foi lá e teve a honra de abrir, em francês, a primeira de todas as sessões e participar, depois, das dez outras, para ver como abrir caminhos para a paz no Egito e em Israel.

A segunda foi em Lisboa, onde compareceu Mário Soares, que acabava de tomar posse, que apareceu primeiro para me cumprimentar, ficando uma hora e meia comigo para dizer todos os seus planos; depois, compareceu ainda o recém-falecido Cardeal Arcebispo e patriarca D. Antônio Ribeiro, que falou num francês elegantíssimo que a Igreja de Portugal queria colaborar com a idéia fundamental de nossa reunião, onde todas as grandes religiões da terra convieram para lutar contra a fome e contra a doença dos pobres no mundo. Certamente, foi uma das grandes resoluções tomadas e, quem sabe, haverá de frutificar daqui a pouco.

Numa terceira vez, fomos convidados para Princeton, cidade que fica ao lado de Nova Iorque, onde está a maior universidade dos presbiterianos. Lá ficamos dez dias discutindo sobre os direitos da criança e do adolescente, e estavam presentes todas as religiões do mundo.

O Presidente da Unicef concedeu cinco minutos para cada representante falar, para, depois, tratarmos as questões em pequenos grupos. E ele me disse o seguinte: "O senhor, que começou a Pastoral da Criança em Santa Catarina e depois em São Paulo, certamente poderá falar mais".

Falei durante 35 minutos, usei retro-projeção e pude expor toda a idéia cristã a respeito da criança e do adolescente. Isso impressionou profundamente o auditório, mas não foi o principal. O principal foi que no dia seguinte, de manhã, numa sessão, falou o representante da Índia, que estava cercado de 20 colegas, todos revestidos com a solenidade oriental, com vestes brancas e com a barba correspondente.

Eu, que estava com papel na mão, como sempre, anotei o que o Presidente desta grande orientação religiosa falou. Ele falou 42 vezes o nome de Jesus Cristo. Quando ele terminou, eu falei: O senhor vai me desculpar, eu sou cristão, sou católico, e gostaria de saber por que citou 42 vezes o Fundador da nossa religião.

E ele me respondeu assim: "O senhor, que é cristão, julga que haja solução no mundo para a paz e para a convivência humana sem a presença do Plano de Deus, do Plano que Cristo trouxe, sem a presença da pessoa de Cristo?" Eu disse: Não, estou de pleno acordo, mas me admiro que o senhor, não sendo cristão, coloca Cristo no centro.

E aí o interprete pediu licença a ele e me explicou que atrás do trono onde ele atende as pessoas que vêm procurá-lo, das partes mais diversas da Índia, colocou a imagem, que cobre a parede inteira, do Cristo Redentor, do Cristo Senhor da História.

Eu poderia terminar aqui dizendo que um catarinense pode estar presente em qualquer lugar do mundo para defender a criança, para defender o adolescente, para defender os pobres quanto à fome, para defender a paz no mundo, mas uma coisa que talvez possa honrar a nós todos é que quando o Cone Sul pegou fogo - e agora querem criar o Mercosul -, parece que estamos falando de uma coisa que não poderia ter existido, mas existiu.

Quando o Cone Sul estava dominado por todas as ditaduras, eu fui chamado, depois de duas reuniões em São Paulo com representantes da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Chile e da Bolívia, para participar de um encontro em Caxias do Sul com todos os grupos

que vinham daqueles países para armamos uma estratégia da não-violência, para mudarmos a ditadura em democracia, democracia crescente, democracia sempre mais participativa de todo o povo.

E passamos um dia inteiro, 12 grupos da Argentina, outros do Uruguai e dos demais países que eu citei, discutindo como o coração humano pode se unir a outro coração humano para criar uma família humana, que Rui Barbosa chamava de família ampliada do Brasil. Como é possível?

Chegamos à conclusão, nesta reunião ecumênica, que reuniu os países que hoje parecem quererem se unir no campo econômico e no campo social, que esses países tomassem como resolução introduzirem a democracia onde o povo tem voz, onde o povo tem vez, onde a nação é o coração do povo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. ROGÉRIO QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Rogério Queiroz.

O SR. ROGÉRIO QUEIROZ - Mesmo sabendo que esta é uma sessão solene, eu gostaria de, na qualidade de Presidente do Comitê Catarinense de Ex-Presos Políticos e membro da Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos em Santa Catarina, cuja lei, de autoria do Deputado João Henrique Blasi, foi aprovada por unanimidade nesta Casa, passar às mãos de D. Paulo Evaristo Arns, com a permissão da Presidência, o relatório das atividades da Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos do Estado de Santa Catarina, cujo término se deu no mês de outubro.

Este relatório já foi entregue ao Sr. Governador do Estado, que teria o prazo de 30 dias para pagar a indenização aos ex-presos políticos, num número de 355 requerentes. O total de pedidos, Cardeal Arns, é 415. Destes 355, duzentos e pouco ainda estão vivos e 165, se não me falha a memória, foram representados pelas viúvas ou filhos.

Cardeal Arns, de um milhão e cento e poucos mil documentos que V.Exa. citou, que estão guardados na Universidade de Campinas, a Unicamp, quero dizer que nós conseguimos, através do companheiro Carlos Eduardo, de Navegantes, que contou com o apoio da OAB de Santa Catarina, fotocopiar 1% desses documentos que pertencem aos ex-presos políticos de Santa Catarina. Dez mil e quinhentas páginas foram fotocopiadas dos arquivos da Unicamp e fazem parte hoje dos arquivos da OAB de Santa Catarina, que pagou - quero aqui fazer esta referência em nome dos ex-presos políticos - as fotocópias para que servissem de provas na documentação examinada pela Comissão Especial de Indenização designada pelo Governador do Estado.

Quero também, Cardeal Arns, dizer que nós o reconhecemos como grande líder da luta nacional da luta pelos direitos humanos. Hoje, quando comemoramos exatamente 50 anos desta luta, da Carta que foi assinada na ONU, lembramos, também, com tristeza, os 30 anos da assinatura do Ato Institucional nº 5, que realmente implantou no País a ditadura militar, que vigiu até 1985, com a posse de José Sarney.

Queremos que esses fatos, Cardeal Arns, nunca mais retornem ao nosso País. E nós o declaramos amigo nº 1 do Comitê Catarinense de Ex-Presos Políticos, reconhecendo o seu trabalho incansável, em especial pela publicação, juntamente com o Pastor Jaime Wright, daquele documento formidável que temos guardado, que é o livro, o dossiê Brasil Nunca Mais.

Quero ainda pedir permissão ao Sr. Presidente para passar às suas mãos este relatório, para que possa examiná-lo e, quem sabe, fazer um apelo ao seu conterrâneo, ao Governador do Estado de Santa Catarina, para que cumpra, ainda neste Governo, que está terminando, no seu mandato, o pagamento da indenização. Há uma expectativa criada pela lei e há também um temor, eminente Cardeal, de que este pagamento não venha a ser feito neste Governo.

Quero fazer este pedido a V.Exa., para que interceda no sentido de que esses presos políticos possam receber o reconhecimento do povo de Santa Catarina e a indenização, que é pequena, sabemos, mas que esperamos seja feita neste Governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Sa. pode dirigir-se à mesa para entregar o documento.

(Procede-se à entrega do documento.)

(Palmas)

O CARDEAL D. PAULO EVARISTO ARNS - Aceito esta incumbência, mas peço que seja submetida aos representantes do povo, para que eu possa falar, de fato, em nome de Santa Catarina e não só em nome daqueles que elaboraram o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sua Eminência Reverendíssima Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, nosso homenageado desta noite;

Excelentíssimo Sr. Cesar de Barros Pinto, Secretário de Estado, representando neste ato o Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Sr. Péricles Prade, Vice-Prefeito da Capital;

Excelentíssimo Padre Vilmar Adelino Vicente, representando o reverendíssimo D. Eusébio Oscar Scheidt, Arcebispo Metropolitano;

Excelentíssimo Sr. Coronel Nilo Fontoura Nunes, representante do excelentíssimo Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo Sr. Deputado Adelor Vieira, Secretário da Mesa Diretora;

Demais autoridades, Deputados, senhoras e senhores;

Neste curto período em que tenho exercido a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, convivi com situações de maior gravidade e desafiadoras à coragem e ao espírito público.

Entretanto, na condição de Presidente desta Casa, ainda não havia enfrentado o desafio de falar e homenagear um homem do porte moral e intelectual tão elevado quando o de D. Paulo Evaristo Arns.

Neste momento, quando se comemora os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, vivo a honra de dirigir-me com humildade ao, sem dúvida alguma, mais notável e respeitável catarinense deste século.

Mais do que os merecidos títulos e conquistas religiosas, o que imortaliza este homem, cuja simples presença entre nós causa forte emoção, tem sido a coragem histórica na defesa dos oprimidos, ora pelo regime autoritário, que prendia, torturava e fazia as pessoas desaparecerem, ora pelos pobres e injustiçados pelas desigualdades sociais e econômicas.

D. Paulo Evaristo Arns, é motivo de orgulho para a Igreja Católica; D. Paulo Evaristo Arns é motivo de orgulho para nós, catarinenses;

D. Paulo Evaristo Arns é motivo de orgulho para a humanidade!

Autoridade conquistada pela ação efetiva, autoridade conquistada pela coragem e grandeza humana, autoridade conquistada pela expressão mais pura do espírito cristão, D. Paulo Evaristo Arns tem sido capaz de aliar a rebeldia à bondade, a indignação à ternura, transformando a luta incondicional por justiça em gestos por amor e paz.

Muito obrigado, D. Paulo Evaristo Arns!

Muito obrigado pela lição e pelo exemplo!

Muito obrigado pela oportunidade de, humildemente, dirigir-lhe estas poucas e sinceras palavras!

Que Deus, D. Paulo Evaristo Arns, o mantenha vivo por muitos e muitos anos na missão que escolheu e tão bem sabe exercer: distribuir justiça, verdade, liberdade e amor ao próximo.

Muito obrigado!

(Palmas)

D. Paulo Evaristo Arns nos consulta e nos encaminha o documento recebido neste momento, contendo o relatório das atividades da Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos do Estado de Santa Catarina.

Na sua breve colocação, após receber o documento, colocou-se à disposição para ser o porta-voz, conforme requerido, evidentemente desde que esta Assembléia Legislativa atribuisse a missão a ele.

Embora esta seja uma sessão solene, não-deliberativa, nós vamos passar ao largo do dispositivo regimental, quebraremos esse protocolo, submeteremos, simbolicamente, este documento à apreciação dos Srs. Deputados, para que D. Paulo Evaristo Arns possa ser também o porta-voz dos catarinenses na questão da indenização aos ex-presos Políticos do Estado de Santa Catarina.

Coloco à apreciação dos Srs. Deputados presentes.

(Os Deputados aquiescem.)

Com a aquiescência dos Srs. Deputados presentes, passo às mãos, novamente, de D. Paulo Evaristo Arns o documento, já na condição de um documento entregue, junto com a missão que a Assembléia Legislativa lhe outorga neste momento.

(Palmas)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina. (Procede-se à execução do Hino de Santa Catarina.)

Agradecemos a Banda da Polícia Militar, sempre colaborando com os eventos desta Assembléia Legislativa, sempre nos proporcionando um espetáculo à parte com a execução dos seus hinos.

Mais uma vez, agradecemos a presença do nosso homenageado, D. Paulo Evaristo Arns; do representante do Sr. Governador do Estado, Sr. César de Barros Pinto; do representante do Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira; do representante da Sra. Prefeita Municipal de Florianópolis, Sr. Vice-Prefeito Péricles Prade; do Padre Vilmar Adelino Vicente; do Coronel Nilo Fontoura; dos Srs. Deputados e das demais autoridades.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

### EM 10 DE DEZEMBRO DE 1998

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Reno Caramori - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Reno Caramori, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao Sr. Secretário *ad hoc*, Deputado Reno Caramori, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO *AD HOC* (Deputado Reno Caramori) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de procedência do Sr. Deputado Jorginho Mello, que confere o nome de Senador Wilson Kleinübing, o espaço cultural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

#### TELEFAX:

- do Sr. Presidente da APP das Unidades Escolares - Rio do Sul, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 357/98, que trata da continuação de descentralização de Recursos para as Associações de Pais e Professores com benefícios para as Unidades Escolares;
- do Sr. Presidente da Associação Catarinense de Medicina, comunicando que estarão realizando um novo protesto e a suspensão do atendimento nos hospitais públicos da Grande Florianópolis nos dias 09 e 10 de dezembro;
- da Associação de Pais e Professores - APP do

Colégio Estadual Alexandre Guilherme Figueiredo de Piçarras, destacando a importância do Projeto de Lei nº 357/98, que dispõe sobre a descentralização financeira às Unidades Escolares.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência comunica a presença dos estudantes do Colégio Estadual Pedro Cristiano, de Vila Itoupava, em Blumenau, aos quais deseja uma boa estada nesta Casa.

Srs. Deputados, há uma proposição no sentido de suspendermos a presente sessão até as 11h, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis possa reunir-se e dar parecer sobre matérias importantes que estão tramitando nesta Casa.

Consulto os Srs. Líderes de Bancada sobre esta proposta.

O Sr. Deputado Jorginho Melo - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jorginho Melo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, nada contra os trabalhos da Comissão, mas gostaria de comunicar a V.Exa. que temos a CPE marcada para as 11h (inclusive já havia sido convocada), a qual está analisando o processo do Governador. O Relatório será feito pelo Deputado Herneus de Nadal, e hoje é o último prazo, que, inclusive, já havia sido acordado.

Então, eu só gostaria de cientificar todos os Srs. Deputados que, mesmo com os trabalhos da Comissão e do Plenário, nós temos este compromisso já agendado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Sendo a Ordem do Dia às 11h, Deputado Jorginho Mello, evidentemente que V.Exa. retardará

alguns minutos a discussão da CPE, a fim de que possamos fazer a Ordem do Dia antes.

Fica suspensa, portanto, a presente sessão até as 11h, quando retornaremos com a Ordem do Dia.

Esta Presidência solicita aos membros das Comissões com reunião marcada por volta das 11h que, antes do início da reunião, compareçam ao Plenário para a análise da pauta da Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão. O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos da presente sessão ordinária.

Srs. Deputados, temos pedidos de todas as Comissões para que possam prosseguir os trabalhos que estão fazendo. Portanto, as matérias para a presente sessão, que seriam apenas requerimentos, estamos incluindo na pauta de segunda-feira, que ainda conta com as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 024/98, 376/98, 216/98, 262/98, 320/98, 326/98, 328/98, 330/98, 331/98, 348/98, 349/98, 364/98, 365/98, 368/98, 278/97, 414/97, 203/98, mais as redações finais dos Projetos de Lei nºs 022/98 e 077/98.

Também, de acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, damos conhecimento ao Plenário que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e não havendo recurso no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias: Projetos de Lei nºs 281/98, 282/98, 300/98, 301/98 e 308/98.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA DIRETORA

### RESOLUÇÕES DP

#### RESOLUÇÃO DP Nº 043/98

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu Deputado Neodi Saretta, Presidente, nos termos do artigo 40, inciso XIX, da Constituição do Estado e artigo 14, inciso VI, letra "I", do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Confere o nome de "Memorial da Democracia" ao hall do Auditório Paulo Stuart Wright da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica denominado de "Memorial da Democracia" o hall do Auditório Paulo Stuart Wright da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O hall do Auditório Paulo Stuart Wright receberá identificação com a afixação de placa que registrará a homenagem do Poder Legislativo aos que lutaram contra o regime autoritário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de dezembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário  
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### RESOLUÇÃO DP Nº 044/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de conformidade com o disposto nos artigos 44, 45, 46 e 252 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

Nomear, para constituir a Comissão Representativa, os seguintes Senhores Deputados:

Deputado Neodi Saretta  
Deputado Francisco Küster  
Deputado Vanderlei Rosso  
Deputado Odacir Zonta  
Deputado Gervásio Maciel  
Deputado Afonso Spaniol  
Deputado Adelor Vieira  
Deputado Lício Mauro da Silveira  
Deputado Olives Santini  
Deputado Ivo Konell  
Deputado Manoel Mota  
Deputado Pedro Uczai  
Deputado Júlio Teixeira  
Deputado Jaime Mantelli  
Deputado Jorginho Mello

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de dezembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário  
Deputado Gervásio Maciel - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS****RESOLUÇÃO Nº 686/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 1110/98,

RESOLVE: com fulcro no artigo 90, § 6º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com a Lei nº 6.800, de 23/06/86 e artigo 2º da Lei Complementar nº 106, de 07/01/94

ADICIONAR, como vantagem pessoal, ao vencimento de AIRES MANOEL RACHADEL, matrícula nº 20556, funcionário aposentado no cargo de Operador de Som, código PL/ATM/9-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, 100% (cem por cento) da diferença entre o valor de seu cargo efetivo e o de Prefeito Municipal de Nova Trento.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Gervásio Maciel - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 687/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR GABRIEL BARBATO, matrícula nº 1203, da função de Chefe da Seção de Psicologia, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/12/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 688/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR ROSIMÍLIA LIMA FONSECA, matrícula nº 0860, para exercer a função de Chefe da Seção de Psicologia, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/12/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Adelor Vieira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 689/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ELIZA AMELIA DE M. NOGUEIRA, matrícula nº 2640, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/3-CC, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 195, de 19/01/94, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 04/01/99 (Deputado Adelor Vieira).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 690/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, CARLOS JOSÉ MORTARI, matrícula nº 2686, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º/12/98 (Deputado Onofre Santo Agostini).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 691/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, ARMANDO LUCIANO CARVALHO AGOSTINI, matrícula nº 1901, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º/12/98 (Deputado Onofre Santo Agostini).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 692/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR LUIZ ALBERTO ORSI, matrícula nº 1027, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Diagramação e Informática, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LUIZ HENRIQUE RUSSI, a partir de 01/12/98 (Divisão de Anais).

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 693/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

ALTERAR o nome da funcionária aposentada ABGAIL COSTA LEAL, matrícula nº 21171, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, que passará a ser ABGAIL COSTA.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 694/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

ALTERAR o nome da funcionária SORAIA BEATRIZ BACHA, matrícula nº 0614, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, que passará a ser SORAIA BEATRIZ BACHA NASCIMENTO.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 695/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 499, de 08/07/98, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos - SC, o funcionário IVENS ANTONIO SCHERER, matrícula nº 1678, a partir de 31/12/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 696/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Resolução nº 1405, de 14/10/97, que colocou à disposição da Câmara Municipal de Vereadores - Laguna/SC, o funcionário REINALDO JORGE DE OLIVEIRA, matrícula nº 1542, a partir de 31/12/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 697/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 745/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ZILÁ FALCK BORTOLINI, matrícula nº 1959, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-10-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licenças Prêmio referente aos quinquênios compreendidos entre 18/05/87 a 17/05/92 e 18/05/92 a 17/05/97.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 698/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1288/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ANTÔNIO DIONIZIO BENTO, matrícula nº 1557, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 01/08/92 e 11/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 699/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1536/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a NADIA REGINA PEREIRA, matrícula nº 1534, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 e 02/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 700/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1564/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a SAULO VIEIRA, matrícula nº 0209, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 20/06/58 a 06/06/59 e de 06/06/94 a 19/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 701/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1682/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MICHEL CURI, matrícula nº 0171, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/11/93 e 04/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 702/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1584/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ISABELA VIEIRA SCHUHMACHER, matrícula nº 2538, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 18/07/93 e 18/07/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 703/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1596/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ODICELIA HENRIQUE NASCIMENTO MOURA, matrícula nº 2107, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-7-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 01/11/87 e 01/11/92.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 704/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1624/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ANDRE LUIZ PACHECO FURTADO, matrícula nº 0975, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 21/10/93 e 21/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 705/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1668/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MARIA ELISABETE MOREIRA, matrícula nº 2063, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 16/03/93 e 16/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO Nº 706/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1677/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a JOSÉ LUCIO BUCHELE, matrícula nº 0295, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-12-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 09/04/93 e 09/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - Secretário  
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*



**RESOLUÇÃO Nº 707/98**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1682,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MICHEL CURTI, matrícula nº 0171, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/11/93 e 04/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

**RESOLUÇÃO Nº 708/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ADELAIDE FRANCISCA DE SOUZA, matrícula nº 0397, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA-6-E, do

Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 20/10/98.

**RESOLUÇÃO Nº 709/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ALFREDO ERNESTO FUHRMANN, matrícula nº 0241, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 23/10/98.

**RESOLUÇÃO Nº 710/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 35 (trinta e cinco) dias, a partir de 13/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 16/12/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos dez dias do mês de novembro, de um mil novecentos e noventa e oito, às dezessete horas, compareceram à Sala de Reunião das Comissões Técnicas os Senhores Deputados Norberto Stroisch Filho - Presidente; Carlito Merss - Vice-Presidente; Júlio Teixeira, Reno Caramori e Miguel Ximenes. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente abriu a presente Reunião, colocando em discussão e votação, as Atas da 8ª Reunião do dia 22 de junho de 1998, e a Ata da 1ª Reunião conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, do dia 02 de setembro de 1998, sendo aprovadas por unanimidade. Em seguida concedeu a palavra ao Senhor Deputado Júlio Teixeira, que relatou os seguintes Ofícios: 003.7/97 - Procedência: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que encaminha justificativa do Diretor de Material e Patrimônio desse Tribunal, referente ao Decreto legislativo nº 16.715/96, que anula a tomada de preços nº 047/94 - junto ao Processo nº 06070111; o Ofício nº 0016.9/98 - Procedência: Associação Santa Luiza de Marillac, que encaminha documentos referentes ao exercício das atividades encerradas em 31/12/97, e o Ofício de nº 0024.7/98 - Procedência: Comunidade Evangélica de Joinville, que encaminha cópia de relatório de atividades de 1997, que colocados em discussão e votação pelo Senhor Presidente foram todos aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Reno Caramori, que relatou os seguintes Ofícios: 0014.3/98 - Procedência: Associação dos deficientes Educáveis e Síndrome de Down, que encaminha relatório financeiro de atividades de 1997, e o Ofício de nº 0022.1/98 - Procedência: Joinville Esporte Clube, que encaminha cópia de relatório de atividades, que colocado em discussão e votação pelo Senhor Presidente, foram todos aprovados por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Miguel Ximenes, que relatou os seguintes Ofícios: 0017.1/98 - Procedência: Sociedade Joinvilense de Amparo à Criança, que encaminha documentos referentes ao exercício de 1997, e o Ofício de nº 0028.8/98 - Procedência: Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais - AJIDEVI, que encaminha relatório de atividades e o balanço financeiro, referente ao exercício de 1997, que colocados em discussão e votação pelo Senhor Presidente, foram aprovados por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente, Deputado Norberto Stroisch Filho, relatou os seguintes ofícios: 0011.5/98 - Procedência: Associação Joinvilense de Obras Sociais, que encaminha relatório das atividades referente ao ano de 1997, o Ofício de nº 0018.4/98 - Procedência: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, que encaminha relatório das atividades referentes ao período de 01 de agosto de 1996 a 31 de julho de 1997, e o Ofício de nº 0030.0/98 - Procedência: Comissão Municipal de Assistência ao Menor - COMAM, que encaminha relatório das atividades desenvolvidas durante o exercício de 1997, que colocado em discussão e votação, pelo Senhor Presidente, foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor

Presidente fez a leitura dos ofícios relatados pelo Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, os de nºs 0013.0/98 - Procedência: Instituto Pedagógico de Reabilitação Infantil, que encaminha relatório das atividades referentes ao exercício de 1997, e o Ofício de nº 0032.5/98 - Procedência: Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville, que encaminha relatório financeiro do período de janeiro a dezembro de 1997, que colocados em discussão e votação pelo Senhor Presidente, foram aprovados por unanimidade. Logo após o Senhor Presidente fez a leitura dos Ofícios relatados pelo Senhor deputado Luiz Herbst, os de nºs 0015.6/98 - Procedência: Associação dos Moradores e Amigos do Bairro ITINGA, que encaminha relatório e demonstrativo do resultado do exercício de 1997, o Ofício de nº 0023.4/98 - Procedência: Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que encaminha relatório de atividades, referente ao exercício de 1997, e o Ofício de nº 0037.9/98 - Procedência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que encaminha relatório de atividades do Tribunal, relativo ao segundo trimestre de 1998, que colocado em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura na íntegra do ofício de nº 031, de 01 de outubro de 1998, encaminhado pelo Senhor Luiz Gonzaga Gonçalves, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Florianópolis, colocando os graves problemas, no que se refere às infrações cometidas por profissionais do táxi de outros municípios, especialmente Palhoça, que se locomovem para a Capital, a fim de exercer a famigerada "PESCARIA", entendendo que a placa de aluguel é uma concessão das Prefeituras Municipais para o profissional do Táxi, tenha condições de sua sobrevivência e a manutenção de sua família, bem como fundamentalmente e prioritariamente no atendimento à Comunidade do Município. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a presente reunião. Para constar, eu Nelson Martins Filho, Secretário da Comissão, com digitação de Marly Jacques, lavei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros presentes.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente

Deputado Carlito Merss - Vice Presidente

Deputado Miguel Ximenes - Membro

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Reno Caramori - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de dezembro, de um mil novecentos e noventa e oito, às dezoito horas e trinta minutos, compareceram à Sala de Reunião das Comissões Técnicas os Senhores Deputados Norberto Stroisch Filho - Presidente; Carlito Merss - Vice-Presidente; Júlio Teixeira, Luiz Herbst e o Senhor Deputado Olices Santini substituindo o Senhor Deputado Reno Caramori. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente abriu a presente Reunião, colocando em discussão e votação a ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado Carlito Merss relatou o Ofício de nº 0025.0/97, de procedência do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, que encaminha cópia das decisões exaradas nos processos



nºs L0142.910/64 e RE 00800.206/73, (concorrência pública nº 001/95), que solicita junta da documentação ao Tribunal de Contas. Em seguida o Senhor Deputado Carlito Merss, relatou o Ofício de nº 0031.1/98, procedência, Fundação Cultural Senhor Bom Jesus dos Passos, que encaminha relatório de 1997 e previsão orçamentária e plano de trabalho para 1998, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Logo após o Senhor Deputado Júlio Teixeira, relatou o Ofício nº 0046.0/98, procedência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que encaminha relatório do Tribunal, relativo ao exercício de 1997, e o Ofício de nº 0034.0/92, procedência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Prestação de Contas, relativo ao ano de 1991, que colocado em discussão e votação, foram todos aprovados por unanimidade. Em seguida o Senhor Deputado Luiz Herbst, fez a leitura do parecer ao Ofício de nº 0047.2/98, procedência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha controle de obras públicas, constante da informação nº D.C.O. 092/98, dando cumprimento ao estabelecido no Artigo 39 da Lei 10.885 de 10/08/98, relatado pelo Senhor Deputado Miguel Ximenes, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente, Deputado Norberto Stroisch Filho, relatou o Ofício de nº 0048.5/98, procedência do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha relatório de atividades relativo ao terceiro trimestre de 1998, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade pela diligência. Em seguida o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Deputado Olices Santini que fizesse a leitura do Ofício nº 0036.6/98, procedência do Tribunal de Justiça do Estado, que encaminha cópias de processos de licitação com rol dos documentos anexos, relatado pelo Senhor Deputado Reno Caramori e o Ofício de nº 0020.6/98, de procedência da Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas, que encaminha relatório de atividades do ano de 1997, relatado pelo Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira e do Ofício 0034.8/98, procedência do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado referente ao exercício de 1997, relatado pelo Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, que colocado em discussão e votação, foram os dois primeiros aprovados por unanimidade e a Prestação de Contas/97, solicitado pedido de vistas pelo senhor Deputado Carlito Merss, o qual foi concedido. Por último o Senhor Presidente deu conhecimento do recebimento de ofício encaminhado pelo Senhor Deputado Volnei Morastoni, sobre a regulamentação do Artigo 8º da Lei 10.622 de 19/12/97, que dispõe da proibição de jateamento de areia a seco, ficando decidido o encaminhamento de um expediente à Mesa Diretora deste Poder. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a presente reunião. Para constar, eu Nelson Martins Filho, Secretário da Comissão, com digitação de Marly Jacques, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros presentes.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente

Deputado Carlito Merss - Vice Presidente

Deputado Luiz Herbst - Membro

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Olices Santini - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Aos 11 (onze) dias do mês de novembro de um mil novecentos noventa e oito, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões para participar da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, os seguintes senhores Deputados: Deputado Reno Caramori - Presidente, Deputado Eni Voltolini, substituindo o Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente, e os membros Deputado Gelson Sorgato e Deputado Carlito Merss, substituindo o Deputado Volnei Morastoni. A reunião tinha por finalidade discutir o andamento das obras da BR-101 e outros problemas envolvendo essa Rodovia e para tal foram convidados e se fizeram presentes o Dr. Roberto S. Ribas, Chefe do 16º DNER e o Patrulheiro Danilo Freitas, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Presentes ainda o Dr. Luciano Presta, Executivo do Gabinete do Vice-Governador, o Dr. João Batista Vicelli da SOTEPA e os deputados Miguel Ximenes, Ivan Ranzolin, Romildo Titon, João Henrique Blasi e Ivo Konell. Havendo "quorum" regimental, o senhor Presidente deu início à reunião, procedendo a leitura da Ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. A seguir o senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, explicando os motivos da realização da reunião, passou a palavra ao Dr. Roberto Ribas - Chefe do 16º DNER para que ele descrevesse a situação das obras da BR-101. Dr. Roberto Ribas - Em primeiro lugar eu queria agradecer na pessoa do deputado Caramori a oportunidade que nós temos, de trazer para este Fórum, as

informações necessárias dessa Rodovia, para que haja, de uma vez por todas, um esclarecimento a respeito da atual situação da rodovia e da sua programação subsequente. Fala-se muito, em termos de paralização, de cortes, andamento da obra e até mesmo que hoje viria aqui para falar sobre a paralização da Rodovia, na verdade nós vamos falar sobre o andamento da Rodovia, já que paralização não existe, a não ser num ponto localizado, que é no Túnel do Morro do Boi. Então, para melhor esclarecer essa situação, nós queremos dizer que esta obra teve seu início em janeiro de 1997, com uma programação do seu término em janeiro de 1999; seriam 2 anos para execução desse segmento, a excessão de um lote, que é o lote que compreende a Grande Florianópolis, que vai de Biguaçu até Palhoça cujo prazo é de 30 meses, ou seja então ele seria o prazo contratual, até junho de 1999. E o outro Lote "6" que nós chamamos, que é o trecho que vai desde Tijucas até Balneário Camboriú. Esse segmento, teve a sua ordem de início dada seis meses após as demais, por questões do projeto do túnel que inicialmente ele não era previsto, então, houve esse atraso. Então, o prazo daquele segmento também é maior que os outros e ele vai até dezembro de 1999. Em termos de prazos contratuais eles eram estabelecidos em função das condições climáticas adversas que nós tivemos, principalmente neste ano, dos 273 dias que decorreram desde janeiro deste ano, até final do mês de setembro, nós tivemos, aproximadamente, 150 dias impraticáveis, ou seja, mais da metade desses dias decorridos foram impraticáveis aos serviços de terraplanagem, porque o dia de chuva, além de paralizar a obra ele necessita de mais dois ou três dias, dependendo em que época do ano, para que restabeleçam-se as condições ideais de terraplanagem para que consigam-se executar as aterras, enfim, os serviços de terraplanagem; são 150 dias impraticáveis, ou seja, são 5 meses que decorrem e que não puderam ser executados serviços de terraplanagem o que nos levam a fazer um adiamento dessa conclusão. Então os prazos desses contratos foram prorrogados, em média, 4 a 5 meses, o que nos levam a transferir a programação de término dessa obra para junho de 99, a excessão, é claro, daquele Lote "6", como eu disse, cujo o prazo vai até novembro de 99; muito embora, haja ainda o interesse, tanto do Governo Federal, do DNER como também da Empresa, em antecipar aquela data de término contratual para que coincida com as demais, ou seja, em junho de 1999. "Programação Física" - A programação física nos levaria a concluir, até dezembro de 1998, perto de 160 Km dos 216 totais, ou seja, basicamente 75% da Rodovia estaria duplicada até dezembro/98; isto também, em consequência deste mesmo fator climático, nos deixou sem essa condição de concluir essa etapa toda. Hoje nós temos, aproximadamente, perto de 35%, 40% de um total da rodovia já com a nova pista pavimentada. Então, restam ainda os demais 60% que deverão ser executados no ano que vem. Há uma indagação já de imediato, em que se pergunta: bom, se durante esse tempo todo, em dois anos se executou 40%, como é que em seis meses vai se executar 60%. O fato é que o maior tempo dispendido com essa obra é exatamente na sua infra-estrutura, ou seja, em todos aqueles serviços que antecedem até a parte propriamente de terraplanagem, ou seja, toda a retirada de turfa, de solos moles, a parte de drenagem, a parte de bueiros que têm que ser executados pra depois ser executado um serviço de terraplanagem propriamente dito. O que nos leva a uma certeza de cumprir essa programação, é que dos 215 Km nós já temos perto de 60 Km já com a pavimentação bastante adiantada e 160 Km já com a camada final de terraplanagem concluída, ou seja, resta muito pouco em termos de terraplanagem para ser concluída, e daqui para frente o que vai se ter que executar é a pavimentação, que não depende tanto das condições climáticas por que já está preservada aquela parte toda de compactação das camadas dos aterros enfim, de toda a parte de terraplanagem. Então, nos facilita mais, no dia de chuva, logicamente, não se pode trabalhar, mas cessou a chuva, já podem ser reiniciados esses serviços. Com relação a informações de recursos, essa é hoje uma situação bastante desentendida e cabe um esclarecimento. Essa Rodovia ela está sendo executada através de financiamentos de dois Bancos: Banco Internacional de Desenvolvimento e Excell Bank do Japão. Ambos os bancos participam com 450 milhões de dólares, totalizando 900 milhões de dólares e o restante dos recursos são da parte do Governo Federal e ainda, uma parte da iniciativa privada, que será responsável pela execução de serviços complementares, ou seja, a Concessionária vencedora da licitação que está em curso, e será definida no próximo ano, mais ou menos em abril, ela terá que executar alguns serviços que não estavam previstos nessa fase de duplicação, ou seja, serviço de alargamento das pontes existentes, serviços de prestação de serviços aos usuários, parte de atendimento mecânico, de atendimento médico, de pronto socorro, colocação de painéis de informações aos usuários, painéis das condições climáticas, das condições de pista, e ainda a execução do contorno da Grande Florianópolis, que será executado por essa Concessionária. Então, naquela composição, como eu dizia, participação dos Bancos com 900 milhões de dólares, a iniciativa

privada com 167 milhões, aproximadamente, e o restante dos recursos, por parte do Governo Federal e Tesouro Federal que devem estar bno Orçamento da União. Logicamente, esses recursos externos para serem utilizados devem estar orçamentados. Não há como se utilizar um recurso, para despesa, dentro do Governo Federal, que não esteja dentro do Orçamento Geral da União. Por isso aquela indagação: - mas não são recursos externos? O que depende do Orçamento? Depende do Orçamento porque, embora os recursos financeiros sejam dos bancos, orçamentariamente eles têm que constar do Orçamento da União. Para 1998 se fez uma programação de orçamento que cobrisse as necessidades dessa obra. Essas necessidades foram sendo executadas e houve, em agosto, uma suplementação orçamentária, isso é bom que se explique direito, é uma suplementação orçamentária, ou seja, é através de um Decreto do Presidente, independente do Congresso, ele amplia o orçamento específico da obra para dar condições dos apartes financeiros serem utilizados na Rodovia. Recentemente, agora, neste final de ano, segundo suplemento de recursos foi executado; nós temos informações de que agora, no dia 10 próximo passado, o Presidente da República assinou esse outro Decreto suplementando os recursos. Então, em termos de Recursos para Santa Catarina, 72 milhões de reais a suplementação, o total, me parece, não tenha certeza porque aí atinge os outros Estados, são 92 milhões, dos quais, 72 milhões seriam para Santa Catarina, porque? Porque Santa Catarina teve o desenvolvimento de suas obras bem mais rápido que os demais Estados Paraná e São Paulo. Então lá não faltou, entre aspas, o recurso orçamentário. Então não precisou de um aparte tão grande desse suplemento orçamentário. É bom que se explique, é que não houve falta de recursos. Porque houve do suplemento então? É porque o orçamento, ele é feito com base numa determinada necessidade. Porque não se fez o orçamento total dos recursos deste ano para a rodovia? Porque poderiam haver, e como houve, algumas variações na sua programação, se tivesse feito o Orçamento de todos os recursos da Rodovia, ou seja, a programação era concluir em dezembro. Se tivessem sido colocados no orçamento todos os recursos para a obra sobriam agora, porque a obra não vai terminar em dezembro. Isto significa o que? Significa então, que dentro do programa estabelecido pelo Governo, de outros projetos, eles estariam prejudicados, porque? Porque se esse orçamento estaria consumindo valores que poderiam estar sendo empregados em outros projetos o prejuízo seria inevitável. Então, vai sendo colocado o orçamento dentro dessa obra específica, à medida de sua necessidade, para que não sobre e para que não prejudique outras obras do Governo. Houve em setembro um Decreto Presidencial estabelecendo cortes no Orçamento da União. Isso é de conhecimento de todos e a área Econômica, e em função das condições econômicas do País, entendem que deveria haver um corte no Orçamento. Esse corte implicou uma paralização orçamentária e financeira do Governo porque houveram ajustes desse orçamento em cada um dos ministérios. Essa paralização é que gerou uma expectativa, uma inquietação em todas as empresas, pelo menos aqui em Santa Catarina e que culminam, inclusive, com a paralização de uma delas, a que está encarregada da execução do túnel do Morro do Boi. Ela nos trouxe a informação de que iria aguardar uma definição, uma certeza da definição dos recursos até o final do ano, porque os investimentos são muito grandes por parte dela, e não queria correr o risco de, eventualmente não poder ser ressarcida desses recursos que seriam aplicados. Esse foi o motivo da paralização. Com a definição desses recursos, com a assinatura dessa suplementação de recursos, que agora é uma questão burocrática de regulamentação até a fase de empenho, a Empresa certamente voltará às suas atividades e as outras demais, que por ventura, estejam também com um ritmo não condizente com a obra, deverão, também, voltar às suas atividades normais. Em síntese, é isso que está ocorrendo hoje na BR-101 e nós temos, com essa condição orçamentária, tranquilidade em poder executar aquilo que estava programado dentro do exercício de 98, mas, claro que, sujeito a estas condições climáticas que, como eu disse, este ano foram bem atípicas. 1999 nós ainda não temos a definição, depende da votação do orçamento no Congresso e se, confirmadas, digamos assim, os possíveis cortes que vão haver na Rodovia do Mercosul é importante dizer isso, o corte que está sendo divulgado é na Rodovia Mercosul, desde São Paulo até a divisa do Rio Grande do Sul com o Uruguai ou Argentina. Essa é a extensão da Rodovia. Ou seja, um corte nessa rodovia não quer dizer que, necessariamente ela vai implicar no trecho que está em obras. É muito provável, quase certeza, de que isso vai afetar os trechos que ainda não foram iniciados suas obras, que estão em fase de projetos, essa é a expectativa. Então, temos que aguardar essa definição para então nos posicionarmos com relação à essa obra em 1999. Quero crer que não haverão esses cortes, que nós poderemos concluí-la dentro de seu prazo estabelecido, de junho 99, sem termos que postergar essa data e termos que amargar mais algum tempo com essa situação. Eu tenho aqui uns dados da rodovia, até para vocês acompanharem, acho que tem um número suficiente aqui pelo menos para os deputados (distribui

os documentos). Aí, depois vocês podem verificar, através dos gráficos, a divisão dos lotes, enfim, dá uma posição mais detalhada e objetiva de cada um desses lotes. Eu, acho que nós poderíamos, após essa breve colocação, nos colocarmos a disposição para as várias perguntas que provavelmente advirão da parte dos senhores deputados e estaremos aqui para prestarmos os esclarecimentos que forem necessários. Deputado Eni Voltolini - Dr. Ribas, Patrulheiro Danilo: Eu queria só uma fase inicial, pedir ao senhor que repetisse, por gentileza, a composição financeira, de custos da Rodovia. Eu anotei 900 milhões, fruto de apartes de dois bancos, o Excell Bank e o Banco Interamericano, e depois não consegui anotar a participação do Governo e da iniciativa privada. Dr. Ribas - Da iniciativa privada são 167 milhões e da parte do Governo são aproximadamente 550 milhões, eu não tenho exatamente aqui, mas talvez até aqui tenha. Deputado Eni Voltolini - Algumas informações adicionais aquilo que o senhor comentou. Túnel, ainda há muito a perfurar? Dr. Ribas - O túnel nós temos dos 1007 metros da sua extensão, 826 m já perfurados. Essa perfuração é bom que se explique, ela é feita inicialmente na metade dele, ou seja, a parte mais difícil, que é a calota, a abóbada desse túnel que precisa um detalhamento mais apurado, e consome mais tempo e especialização. Após isso, é feito o que nós chamamos de rebaixamento; esse então, é muito fácil e rápido. É como se fosse um corte em rocha. Então, os 826 m é dessa primeira etapa, a segunda etapa, eles já tinham iniciado o rebaixamento e devia em torno de 200, 220 metros já concluídos. Nesse ritmo que estava, o túnel se concluiria em abril do próximo ano. E vejam bem, o prazo dele é novembro de 1999, e em abril ele já estaria sendo concluído, então, ele está sendo adiantado em relação ao seu cronograma. Daí, que a paralização desses empresa lá não afeta em nada o cronograma da obra. Deputado Eni Voltolini - Também ainda nesta fase inicial, eu queria lhe fazer mais duas perguntas: Primeiro - Na obra que já está concluída, o senhor falou aqui, que cerca de 160 Kms., aproximadamente, já estão com a sua terraplanagem, camada final, concluída. Sobre esta camada já pronta de terraplanagem que agora falta a pavimentação, o senhor tem uma expectativa de prazo para que esses 160 Kms. possam ser entregues ao tráfego? - Dr. Ribas: - A expectativa é que dentro do prazo estabelecido na obra, ou seja, quase todo ele será consumido, já que é a última etapa da obra a ser executada. Deputado Eni Voltolini: - Dessas previsões iniciais do projeto, ressalvados inclusive aqueles dois lotes, o lote de Biguaçu/Palhoça, com previsão junho/99, e da região Tijucas, novembro/99, neste momento da obra, existe alguma coisa que o senhor imagina por causa da chuva, ou por causa de qualquer outro atrapalho, não vá ser entregue dentro da previsão? Dr. Ribas: - Hoje, nós temos condições de terminar a obra em junho de 1999. Deputado Eni Voltolini: - Toda a obra? Dr. Ribas: - A excessão do lote seis. Ele é compreendido entre Tijucas e Camboriú, onde incluído o Túnel, muito embora a Empresa esteja programada para isso, mas eu não posso garantir que ele vai estar concluído já que o prazo dela se estende além de junho de 99, até novembro. Deputado Eni Voltolini: - Se estiver aqui neste documento, o senhor apenas me diga que está que aí a gente ganha tempo. Destes, o que vai caber de fato à iniciativa privada dentro da Rodovia? Dr. Ribas: - Não está aqui. Dentro da iniciativa privada vão ser executados os alargamentos das pontes existentes, porque, as atuais que estão sendo construídas, já contemplam, além da pista, também os acostamentos. E as atuais que hoje já existem lá na Rodovia, elas são limitadas a pista, não ao acostamento. Então elas vão ser todas alargadas e isto compete a empresa concessionária. Além disso, ela deveria também executar a complementação total da sinalização; sinalização aí, praticamente aqueles indicadores, através de painéis eletrônicos que serão instalados ao largo da rodovia. Telefonia, também que eu acabei não mencionando há pouco, pontos de parada de lazer e a parte de atendimento de primeiros socorros e atendimento mecânico. E como obra principal está inserido neste contexto, aí das atribuições, a execução do contorno da Grande Florianópolis. Deputado Eni Voltolini: - Sobre este contorno, o senhor poderia dar algumas informações? Previsão de início, de término? Dr. Ribas: - É, ele está sendo objeto de projeto, juntamente com os demais Lotes de Projetos do Trecho Sul. Eles foram licitados em conjunto. Os lotes do Trecho Sul vão ser objeto de licitação e este contorno não, porque vai ficar com a concessionária, o projeto deve estar sendo concluído em final de março do próximo ano, e a partir daí passa por uma aprovação de projeto, para que depois então, com a instalação da Empresa Concessionária, ela tenha condições de, dentro da sua programação, do plano de concessão rodoviária, ela possa então iniciar os trabalhos. Deputado Reno: - Vamos ouvir, agora, o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Patrulheiro Danilo: - A Polícia Rodoviária pede ao Deputado Reno Caramori, ao nosso Engenheiro Ribas e a todos os parlamentares que nos ajudem na questão da sinalização na BR-101, junto às empreiteiras. A gente sabe que eles vão ter uma despesa a mais, sai dinheiro, a gente concorda com o Dr. Ribas, as pessoas roubam as placas, as pessoas invertem a sinalização, a Polícia está lá para

arrumar esta sinalização. Só que a Polícia não pode fazer uma placa de sinalização e colocar, dizendo que a 200m termina a faixa duplicada e tem um desvio. Não temos verba para fazer isso, sinalização tem que ser reparada, se possível, diariamente. Então, essa é a imagem da Polícia Rodoviária, e estamos no nosso humilde trabalho tentando ajudar a sociedade catarinense. Deputado Reno Caramori: - Patrulheiro Danilo, nós temos escutado aí que poderá haver falta de verba para a temporada, para manutenção e até para combustível! Procede? Patrulheiro Danilo: - Procede, infelizmente procede. Nós temos um Decreto Lei do Presidente da República, o 2773, que o Dr. Ribas tem conhecimento, onde tiraram todo o dinheiro das repartições públicas e nós não fomos excessão. Realmente, estamos com muitas dificuldades de recursos financeiros, inclusive para a nossa missão maior que é o combustível. Sem combustível não existe Polícia Rodoviária Federal. Também é um manifesto que a Polícia Rodoviária Federal faz aos senhores, interceder junto ao Ministério da Justiça e ele, consequentemente junto ao Governo Federal, para que seja liberado o mais rápido possível. Nós estamos trabalhando no vermelho e só com criatividade. Estamos relamente passando uma dificuldade muito grande. Não é uma coisa nossa, do Departamento, é uma coisa à nível de Governo Federal, e nós gostaríamos de ter a parceria dos senhores para que liberassem esses recursos porque vamos entrar numa missão, pra nós Operação Verão, é uma missão, é o ponto mais alto de tudo, e realmente estamos todos numa situação muito complicada. Deputado Reno Caramori: - Danilo, pessoal e material humano tem para as escalas normais, fins de semana à noite nessa temporada, viaturas para o largo do trecho? Patrulheiro Danilo: - Viaturas nós temos, material humano não temos; a Polícia Rodoviária Federal fez um concurso em 79, depois em 94 e outro agora em 98. Em 94 entraram 302 policiais, em 98 tivemos um concurso onde se inscreveram 8.600 candidatos e temos só 10 vagas para oferecer. Deputado Ivan Ranzolin: - Quantos tem no efetivo de Santa Catarina? Patrulheiro Danilo: - Hoje nós estamos com 461 policiais para Santa Catarina. Deputado Ivan Ranzolin: - Quer dizer que um terço está efetivamente, porque tem a escala, são 200 e poucos sempre na ativa. Patrulheiro Danilo: - Este ponto da Serraria onde a gente fala e que todo mundo conhece, esses dez que entraram agora, eu precisaria para colocar só uma escala de serviço, no posto da Serraria. Para ter aquele homem na pista, chamando o trânsito, e ter outros novos para fazer um patrulhamento decente e ajudar a nossas pessoas. E eu vou ter dez para o Estado todo inteiro. É uma política do Governo Federal com a redução de funcionários. Deputado Blasi: - Não há possibilidade de um convênio operacional entre a Polícia Rodoviária Federal com a Polícia Rodoviária Estadual? Há? Em situação de emergência? Também não sei qual é o efetivo da Polícia Rodoviária Estadual! Patrulheiro Danilo: - Também tem isso. Acredito eu que não seja muito grande mas dá o que a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina vai ter que fazer é abrir mão de algumas rodovias federais para o Estado e trazer o nosso pessoal e concentrar mais na BR-101 e BR-116. Deputado Ivan Ranzolin: - Deputado Reno, a questão mais grave para nós, mais grave até que a estrada parar um pouco ou não, é a segurança das pessoas que trafegam. No verão então, é um negócio terrível. Então, eu acho que aí que nós temos que realmente não deixar que fique apenas nesta reunião. Nós já tivemos um avanço muito grande, há alguns anos atrás aqui, quando nós começamos a iniciar um trabalho para fazer uma parceria, com o Governo do Estado; entram a Secretaria da Fazenda na questão da humanização da estrada, entrou o Governo do Estado através da Polícia Militar, com o Comando da Patrulha da Polícia Federal. Mas nós distribuímos inclusive às Prefeituras. Todos os prefeitos estavam dispostos a, as prefeituras fazerem a colaboração no sentido de, todas as prefeituras, ao longo da rodovia, de fazer com os sindicatos dos caminhoneiros, taxistas, fazer panfletagens, e pedir, e fazer, e colocar; nós temos inclusive toda uma programação com os Out Doors que diz assim " Você em Santa Catarina, respeite a vida" e tal. Depois, a última placa, seria colocada perto de Florianópolis, que seria uma placa que diria assim " Se voce não respeitar aqui, vai ser punido". Então, o projeto que andou bastante, nós fizemos mais de dez reuniões mas paralizou num ponto. Era na questão da punição, porque o Código Nacional de Trânsito não podeira pegar, caçar carteira de quem tivesse bêbado e tal. Agora, isso já está superado, e eu acho que nós teremos que novamente que iniciar um trabalho de parceria nesse sentido, porque, quem anda na BR-101 vê o seguinte: os caminhões andam a 120Km, ninguém respeita o Código Nacional de Trânsito, porque, não tem uma fiscalização adequada. Nós não vemos mais os radares, não tem policiamento adequado, está faltando policiamento. Eu acho que nós deveríamos ter policiais para coibir os abusos, porque quando tem o policiamento, realmente o povo respeita. Eu sei agora, há poucos dias, vou citar apenas um exemplo, que na minha frente vinha um caminhão pesado ele vinha podando todo mundo, tirou muitos da estrada, colocou todo mundo em perigo, e eu telefonei, me atendeu o patrulheiro Flores. Ele me atendeu, eu disse: oh! Tem um caminhão na minha frente, ele já vem em São Miguel. Ele está fazendo horrores

na estrada. Ele vai provocar um acidente; ele vai matar alguém. E eu dei as características do caminhão, dei a placa e eu fui atrás. E ele, realmente parou o carro, e depois quando eu estava chegando em Florianópolis eu me identifiquei. E ele localizou o meu telefone, ligou para o celular e disse: Olha, eu parei o cidadão e ele estava viajando; ele saiu de Campinas e queria chegar em Porto Alegre sem dormir. Ele estava completamente embriagado pelo cansaço. E eu dei uma punição para ele ficar aqui dez horas. Durante dez horas ele não vai sair aqui do Posto. Vai encostar o caminhão e vai dormir. Então, você veja o seguinte: foi uma iniciativa que ele tomou, que evitou que ele tivesse que ir para arrancar 2 ou 3 corpos mortos aí na frente porque, fatalmente, ele iria atropelar alguém. Então, eu acho que nós temos que fazer o trabalho nesta questão da segurança no sentido de estabelecer parceria porque, não tem fiscalização. Os veículos andam em alta velocidade e salve-se quem puder. Tem um ponto que tem patrulha. Daí, passam por essa patrulha e ele já sabe que não tem mais, e aí, essa parte que eles param aqui para atravessar, as vezes levam uma ou duas horas, na Grande Florianópolis, eles tiram na estrada andando a 100, 120 Kms., seja lá o que for, e aí, é que geram os acidentes. Então, eu queria deixar aqui Deputado Reno, que nós não parássemos hoje. Acho que nós temos que achar um caminho para que, pelo menos no verão, nós tenhamos mais parceria para que a Polícia possa realmente desenvolver um trabalho mais eficiente. Deputado Reno Caramori: - É uma boa idéia. Deputado Eni Voltolini: - Eu só queria rapidamente perguntar uma coisa, Dr. Ribas, a concessionária assume a responsabilidade do pagamento do quê? De que valores? Dos 900 milhões? Dr. Ribas: - Sim, dos 900 milhões. Deputado Eni Voltolini: - Sobre o pedágio, eu queria saber se o senhor tem alguma coisa que poderia antecipar a respeito das preocupações, principalmente dos municípios próximos dos locais dos pedágios onde não existem marginais, se o senhor já tem alguma apreciação a esse respeito. Querida também que o senhor comentasse se aquela opção ali de "guard-rail", que tem ali perto da polícia de Itajaí. Se aquilo ali vai ser assim, ou se vai haver uma troca para mureta ou não, porque a noite aquilo esta criando uma confusão, aquelas luzes passando ali, entre aquele mesmo fenômeno quando se passa na rodovia o sol bate, e tem uma porção de árvores. Então de noite está criando uma confusão aquele guard-rail ali. Ele tem a passagem de luz, de luz e sombra, e se, a velocidade, quando a rodovia estiver duplicada se ela ainda vai ser mantida ou se haverá outro limite de velocidade. Dr. Ribas: - Com relação ao guard-rail ele foi, naquele segmento ali colocado dessa forma para evitar um fenômeno de barragem que já ocorreu ali diversas vezes quando o Rio Itajaí sobe e se fizermos mais uma mureta em cima vai fazer uma retenção maior ainda, uma possível enchente que não está ainda descartada; então aquilo foi ali colocado no sentido de fazer com que ela flua por cima da pista, sem uma retenção maior e então, a própria rodovia também ficar sem utilização na sua totalidade. Agora, esse lusco-fusco realmente é a primeira vez que eu escuto e vamos verificar o que é que pode ser feito ali realmente. A velocidade é um detalhe que nós estamos estudando. Na verdade, o projeto da rodovia foi concebido para uma velocidade de 80 Km. por hora, ou seja, as curvas, as indicações nas curvas, tudo isso para uma velocidade de 80 Km por hora. Para se ter um aumento dessa velocidade, até mesmo para a distância de visibilidade, não só nas curvas horizontais como nas verticais, existe um distanciamento suficiente para se chegar a uma velocidade muito maior, no tope já encontra um carro na sua frente numa velocidade menor, o que poderá provocar um acidente. Então, isso tudo, depende muito de projeto; se, esta análise concluir que se pode elevar, não digo para 100 mas para 90 Km, nós passaremos até aonde o limite da técnica permitir. Deputado Eni Voltolini: - Eu queria fazer mais um reforço disso que o senhor já ouviu tantas vezes aqui, por favor, exija que essas empreiteiras sinalizem, com bastante antecedência quando nós vamos encontrar desvios. Não há sinalização dizendo "daqui a 300m ; daqui 200m" essa é uma sinalização móvel que pode ser deslocada porque eu sei que está havendo transposição, desvios alternados, uma hora fecha aqui, outra ali! Então não vai ser desperdiçada essa sinalização. Mas, você chegar, como nós estamos chegando nos desvios, está sendo perigoso a gente andar. E nós estamos andando, vários de nós, várias vezes por semana. E estamos levando sustos. E viajar a noite está ficando difícil. Porque a gente entra naquele corredor ali, iluminado, que as vezes até confunde, por essa questão também, mas você chega de forma abrupta sobre esse desvio. E tem também, o problema na região de Barra Velha que eles colocaram, no desvio, a cada 50m; uns tachões. Então, você tem que ficar com medo de reduzir, porque senão, o caminhão atrás, que não sente o efeito do tachão, então você não pode reduzir e ao mesmo tempo vai acabando com o teu rodado, porque passar sobre aquilo ali, a uma velocidade razoável vai destruindo o pneu. Então, tem que haver uma compatibilização daquilo ali para que o usuário não seja prejudicado. Dr. Ribas: - Eu quero mesmo me penitenciar porque a sinalização não adequada para a rodovia embora a gente tenha insistido, a resposta

não tem sido aquela ideal. Isso nós reconhecemos. Vamos voltar a insistir. Amanhã mesmo eu estou indo até a divisa, nós vamos percorrer o trecho com representantes de Brasília e vamos em cada uma das empresas e vamos até levar esse fato aqui, como um fato que está sendo cobrado. Deputado Eni Voltolini: - Essa informação de pedágio, o senhor tem alguma coisa a nos antecipar? Sobre qual será a fórmula que os municípios vizinhos o pedágio poderão ter para amenizar essa despesa quando não houver vias marginais; a pessoa dependerá da BR-101. E haverá muito tráfego pontual. Já há alguma discussão nessa direção que tenha sido trazido esse problema? Dr. Ribas: - Não. Pelo menos, é a primeira vez que eu estou recebendo uma comunicação dessa. Que essa definição dos locais, inclusive, foi feito um estudo paralelo, feito através do próprio DNER de Brasília em que definiu estes locais. Não tiveram talvez este cuidado, ou pelo menos, eu não conheço alguma coisa porque, nesses locais, não necessariamente tem ruas laterais que permitam uma opção. Não tem. Eu me confesso até ignorante na legislação a respeito desse fato. Realmente eu não sei se a legislação permite ou não isso. Eu quero me abster mas eu vou verificar e trazer então essa informação. Deputado Eni Voltolini: - E por último, aquela questão da BR-280, BR-101? Dr. Ribas: - Aquela junção foi, na verdade já na época nós dissemos, foi uma falha de projeto que passou despercebida; Esse projeto, na realidade, foi feito em 1989, onde o fluxo não era tão grande assim, mas há ainda condições de correção; vão ser feitas alças adicionais que permitam essa colocação de todas os movimentos e não vai haver necessidade de esperar a conclusão da obra; já está definido, o próprio ministro já definiu isso, e nos comunicou que nós vamos entrar com licitação dessa complementação, porque não há outro jeito, já que aquilo ali não fazia parte da licitação da obra. É uma obra independente, que poderá ser licitada agora. Deputado Reno Caramori: - Senhores deputados alguma coisa a mais? Dr. Ribas: - Na parte dos projetos não há nenhuma alteração. Eles continuam sendo executados e deverão estar concluídos, pela programação em final de março, por aí, abril. E eles contemplam todo o trecho, desde Palhoça, até a divisa com o Rio Grande do Sul, incluindo, aí, o projeto do contorno de Florianópolis, que será também executado pela concessionária. São dez lotes no trecho Sul e estão numa fase, como nós vamos dizer que nós chamamos de estudo funcional é a concepção da diretriz, de onde vai passar, por onde vai passar, de que lado vai passar, em que termos se vai ter elevado, se vai ter túneis, onde estarão as ruas laterais. Tudo isso está concebido agora para que, em outra etapa, se coloque isso em termos de ante-projeto e finalmente, em projeto final. O que deverá ocorrer então em abril do ano que vem (outra vez perguntas inaudíveis....resposta). Dr. Ribas: - Não isso vai depender novamente do orçamento do ano que vem. Então, pelo que se tem notícias, essa licitação aí deve estar postergada então para o ano 2000, porque havendo os cortes, não vão permitir que se faça o início das obras. Deputado Reno Caramori: Senhores deputados, acho que nada mais havendo, eu queria fazer, duas perguntas ao Dr. Ribas, 30% será entregue agora em 98? Dr. Ribas: - Mais de 30%, 35 a 40 para mais. Hoje nós já estamos com 35 a 40. Deputado Reno Caramori: - Então, até janeiro será entregue ao tráfego quanto? Mais ou menos de percentual? Dr. Ribas: - Ah! Sei lá, é um chute agora! Deputado Reno mais ou menos, uns 45%? Uns 45% isso se o tempo colaborar, normal. Caiu aqui 55%! Para o final do contrato. Eu acho que, realmente, os seus esclarecimento nos alegam, proque agora nós podemos informar que não haverá paralização e nem redução do ritmo de trabalho. Dr. Ribas: - Este ano! O ano que vem depende do orçamento. Deputado Reno Caramori: - Mas em janeiro, por exemplo, não vai haver paralização. Dr. Ribas: - Já é ano que vem, e nós dependemos do orçamento. Existe uma previsão do orçamento ser aprovado até 15 de dezembro. Deputado Eno Voltolini: - Em que fase está esta habilitação das concessionárias? Dr. Ribas: - No dia 10 de dezembro agora vai ser a primeira etapa de abertura de proposta, de pré-qualificação. A partir daí, estima-se, pelo que tem ocorrido nas demais rodovias, um prazo de 6 meses até que se tenha a definição da empresa concessionária. Deputado Eni: - De primeira ou de várias? Dr. Ribas: - São, aqui em Santa Catarina será 1ª só. E, uma empresa será a concessionária de São Paulo até Curitiba até Palhoça. Deputado Ivo Konell: - Gostaria de interromper um pouquinho, nese contorno de Florianópolis, para iniciativa privada, aí será então a cobrança de pedágio. Dr. Ribas: - Sim, sim Pontos de pedágio - são 4. Dentro do Estado de Santa Catarina são 3 e mais um no Paraná. No município de Garuva tem 1, município de Araquari outro, ali próximo do Sinuelo, e outro aqui próximo Tijucas, ao sul um pouco da ponte de Tijucas. Deputado Eni Voltolini: - A definição de cobrança de pedágio, a partir do momento da total conclusão das obras, que cabem à Concessionária? Dr. Ribas: - A excessão do contorno. Ela não precisa concluir o contorno para iniciar a cobrança as demais atribuições deverão estar concluídas; os alargamentos de pontes, os painéis e atendimento. Somente após isso será iniciada a cobrança do pedágio. Deputado Carlito Merss: - O próprio documento traz bem a situação atual. Eu só queria entender Dr. Ribas uma

questão que o senhor levantou aqui. É assim. Nós tivemos suplementação, certo, ora se teve suplementação é porque a obra está adiantada. E aí é que eu não entendi. Quer dizer, o senhor disse que no trecho de Paraná ou São Paulo não houve suplementação porque a obra está atrasada. Quer dizer, ela não está dentro do cronograma. Ora, como que a obra está adiantada se havia um cronograma inicial que ela terminaria em dois anos, tipo janeiro de 99. Como é que se caracteriza se a obra está ou não adiantada? Se está havendo suplementação é porque, efetivamente, a coisa está andando, então, tem que suplementar para as obras não pararem. Mas no mesmo ela está parada, ela está atrasada. E isso que eu não estou conseguindo entender. Dr. Ribas: - Olhe, veja bem. Não é que houve suplementação porque a obra estava adiantada além daquela programação. O orçamento não contemplou, 1999 não estava previsto no Orçamento de 1998, aliás, todo o recurso necessário para a conclusão da rodovia. Foi colocado um recurso, não recordo agora qual foi, dentro do orçamento, que permitia o andamento da obra. A medida que estes orçamentos foram sendo consumidos, houve necessidade de um reforço, de uma suplementação orçamentária para que não houvesse solução de continuidade da obra. E assim foi. Porque não foi colocado, eu tentei explicar isso, porque não foi colocado já todo de uma vez? Exatamente para se evitar o comprometimento do orçamento, dentro de uma obra que poderia, e como ocorreu, não consumir todo o recurso que foi programado para ela. Deputado Carlito Merss: - Na verdade, se o tempo tivesse ajudado, o cronograma tivesse sido cumprido, que problemas nós teríamos tido então? Dr. Ribas: - Não, aí nós teríamos a necessidade de, em agosto, quando foi feita a 1ª suplementação, de ter sido uma suplementação maior do que a que foi feita. Deputado Carlito Merss: - A de 72 milhões. Dr. Ribas: - Não. A de 72 já é a 2ª. Deputado Carlito Merss: - Essa foi de agosto de 98. Dr. Ribas: - Não essa foi agora, 72 foi agora. Deputado Carlito Merss: - Dia 10 ontem. E a de agosto foi quanto? Dr. Ribas: - Eu não me recordo agora. Deputado Carlito Merss: - E só isso que eu queria entender. Dr. Ribas: - Se ela tivesse tido um ritmo normal, agora, em outubro ou novembro, a necessidade dessa suplementação deveria ser maior do que 72. Deputado Carlito Merss: - O que significa que na verdade não tinha sido orçamentado de forma correta. O orçamento, na verdade, não contemplava, inclusive, a capacidade da obra, se não tivesse tido o problema do tempo. Dr. Ribas: - É mas foi de propósito exatamente para que não houvesse prejuízo de outros programas. Imagina se se colocassem todos, o orçamento tem um limite, um limitem orçamentário. Mas, como existe um limite do orçamento, o Governo preferiu dosar a obra de acordo com um possível andamento. E, como há esse dispositivo, de uma suplementação sem necessidade de ir ao Congresso, o próprio Presidente através Decreto, define isso, então era muito mais viável se fazer isso do que comprometer o orçamento e evitar que outros programas do Governo não pudessem ser executados. Deputado Carlito Merss: - Essa suplementação que aconteceu ontem ela, de uma certa forma, possibilita o andamento normal da obra, é isso? Dr. Ribas: - Exatamente. Deputado Ranzolin: - O senhor falou sobre a questão da concessionária. Esse edital já está correndo prazo? Dr. Ribas: - Esse edital já está, tanto que a abertura da proposta de pré-qualificação é agora no dia 10 de dezembro. Deputado Ivan Ranzolin: - Bom, aí o senhor falou o seguinte: Que ela só poderá iniciar o processo de cobrança de pedágio assim que a sua parte estiver concluída, que seriam os alargamentos. E nesses alargamentos estariam previstas também as pistas alternativas. Por exemplo, quem não desejar, entre municípios, pagar pedágio, vai ter uma alternativa? Dr. Ribas: - Não. Deputado Ivan: - Então quem sair de Araquari para ir a Joinville, obrigatoriamente terá que pagar pedágio. Dr. Ribas: - Se for pela BR-101 sim! Deputado Ivan Ranzolin: - Agora, aqui de Palhoça a Biguaçu tem alternativa, tem a pista lateral, não? Dr. Ribas: - Tem que estar incluída no mesmo processo. Deputado Ivan: - Agora, eu quero fazer duas perguntas. A primeira, a concessionária vai pagar todo o financiamento? Dr. Ribas: - Vai pagar todo o financiamento. Deputado Ivan: - E agora é o seguinte: talvez a minha pergunta já tenha sido respondida. Porque a concessionária já não entra no processo de alargamento para evitar que depois se interrompa novamente? Por que ela já não trabalha junto com as empresas para evitar que outra vez se tenha interrupção da rodovia. Porque cada vez que se mexe vai ter obstáculos. Dr. Ribas: - É, na verdade, esse processo atrasou. Essa parte do edital de licitação, houve um atraso muito grande por parte de Brasília, na definição desse edital porque já eram para estar sendo executados os serviços ao mesmo tempo que a obras em desenvolvimento; a programação inicial é que, quando terminassem as obras que estão sendo executadas por essas empresas, também a parte da concessionária deveria estar terminada. Mas esse atraso, infelizmente, não sei lhe explicar o motivo porque. Deputado Ivan: - Mas, fatalmente nós vamos ter obras depois, vamos ter. O senhor falou da parte do Governo. Qual é o percentual da contrapartida do Governo? O senhor disse em números mas não em percentual. Dr. Ribas: - Não, não existe uma percentual, o custo da obra, ela tinha um custo orçado.

Quando da licitação já houve uma variação da ordem de 12%, se não me engano. E, no transcorrer da obra houveram outras necessidades não previstas inicialmente, que fizeram com que a obra tivesse aditamentos contratuais e que atingem de 20% a 25% em média nos contratos. O banco permanece com aquela valor inicial dele de 900 milhões. O que estava previsto para a iniciativa privada também. Então o que exceder isso, é encargo do Tesouro Nacional. Então, não existe um percentual fixo, o que está fixo é exatamente a participação dos bancos. Deputado Ivan: - Bem, agora vem a questão que preocupa muito: É o usuário da estrada. É a questão da sinalização. São as empresas que fazem as sinalizações? Dr. Ribas: - É, compete as empresas a responsabilidade da fase de obras. Deputado Ivan: - E o DNER fiscaliza? Dr. Ribas: - O DNER fiscaliza juntamente com a Polícia Rodoviária Federal, que é o órgão responsável pela coordenação do tráfego. Deputado Ivan: - Um problema grave que tem ocorrido e que a Assembléia Legislativa se manifesta quase que mensalmente, é essa questão da sinalização. Aliás a questão da segurança da BR-101 já foi tema de debate várias vezes, nós já estivemos na Polícia Rodoviária Federal várias vezes, já foram envolvidos projetos, já houve movimentos na Câmara Municipal de Vereadores de Joinville, depois partiu do Sul do Estado de fazermos uma grande parceria, porque os acidentes que estão ocorrendo estão fora de qualquer parâmetro. É impossível a gente conviver com tantos acidentes com tantas mortes. Mas, nós constatamos, assim como leigos, como usuários, que realmente a sinalização deixa muito a desejar nos desvios. Agora, recentemente toda a imprensa mostrou que duas pessoas foram esmagadas por obedecerem a sinalização. Um caminhão que vinha atrás não viu a sinalização que estava muito em cima, não viu e esmagou as duas pessoas. Ocorreram dois acidentes, com morte de uma casal, e depois mais duas pessoas. Constatado através da imprensa e por depoimento da própria Polícia que as pessoas pararam na estrada e veio um caminhão e bateu. Então, na realidade nós achamos que o DNER e Polícia Rodoviária Federal deveriam insistir muito para que as empresas façam a sinalização ao longo dos desvios. Eu, estes dias em Itapema entrei em cima ali no desvio por falta de sinalização, vinha um carro atrás, estava chovendo eu entrei errado por falta de sinalização e quase sofri um acidente. Então, a questão da sinalização tem que ser muito observada, porque agora nós vamos entrar num período muito movimentado. E também, nós teríamos oportunidade de falar na segurança, como estamos falando agora da obra, eu queria também, fazer uma observação com relação a este prazo que nós temos para concluir a estrada. Agora, o que a gente observa é o seguinte: Foi um ano que choveu demais, as chuvas criaram um problema seríssimo. E assim mesmo, as obras, em alguns lugares, elas estão andando bem, mas agora, que o tempo melhorou o que a gente observa é que as obras em alguns lugares, pararam. E em outros elas estão muito lentas. Então, na realidade, eu acho que se o DNER mantivesse um entendimento com as empresas para que, nestes pontos, onde já existem a possibilidade de pista dupla, que fosse feita a entrega ao uso. Se isso fosse possível. E a pergunta final que eu faço é a seguinte: esse trecho que parte de Palhoça e que chega a Florianópolis, e que já está quase todo entregue, a pavimentação já é definitiva? Dr. Ribas: - Não, tem ainda uma camada encima. Deputado Ivan: - Se o senhor me der oportunidade, quero ainda falar sobre a questão da segurança. Depois da BR-101, eu queria que o senhor falasse sobre a BR-116. Dr. Ribas: - Está na pauta. O problema da sinalização, nós temos, mas de maneira incessante cobrado das empresas. A responsabilidade e nós temos sistematicamente cobrado, temos o apoio, até, da Polícia Rodoviária Federal nessa cobrança porque eles trafegam muito mais na rodovia do nós. Ocorre que, embora haja uma participação grande das empresas essa sinalização, duas situações ocorrem. Com o tempo, há, na realidade, um relaxamento por parte das empresas. Porque esta sinalização, com o tráfego, ela vai perdendo a sua colocação de onde ela tem que ficar dentro da rodovia. Até a lavagem das placas nós exigimos que sejam feitas, para que aquilo volte a oferecer as condições, nas piores situações, que são a noite e com chuva. Agora, existe também um outro fator que, embora pareça que não, a depedração da sinalização, o roubo e o estrago dessas sinalização é muito grande. Principalmente a sinalização noturna, o que se rouba é impressionante. Chapas. Uma chapa daquelas, é uma chapa grossa. Ela serve até para fundo de carro e fogão. Então, a depedração é muito grande. A reposição dessa sinalização, se vocês tiverem oportunidade de ver junto das empresas, é coisa impressionante a quantidade de placas, enfim, o investimento que essa empresa tem que dispendir para repor essa sinalização. É uma luta inglória mas ela tem que prosseguir. Ela não é ideal, nós reconhecemos, por isso estamos toda hora insistindo e requerendo dessas empresas que melhorem essa sinalização, principalmente, como falou o deputado, nos desvios, onde se tem um variação brusca no sentido do tráfego na rodovia. Com relação a outra parte, foi citado se já está concluído esse trecho. Bom, primeiro é com relação a entrega ao tráfego. A medida que nós temos a conclusão da pista nova

para o tráfego, nós temos que colocar o tráfego nessa nova pista e restaurar a pista atual que também faz parte desses contratos a restauração da pista atual. Somente após a restauração dessa pista e construção daquela mureta que divide os dois sentidos de tráfego é que nós temos então condições de liberar. Nós estamos, para adiantar um pouco esses segmentos, deixando a última camada de pavimentação, que é da ordem de 5 centímetros que é a camada asfáltica, de propósito, para ser feita depois, que vai ser muito rápida, e para que não tenha problemas de marca de sinalização, principalmente nos desvios, então, nós deixamos para que, nos desvios temos que fazer uma sinalização que indique os desvios etc. E não há o que apague aquilo depois. Só uma outra camada, para então receber a sinalização definitiva. Essa é a razão do trecho aqui de Florianópolis à Palhoça. Ele está nessas condições, faltando ainda uma camada, mesmo porque, ainda tem ali uma situação de desvio. O trecho de Florianópolis à Biguaçu que hoje é o maior congestionamento que nós temos na rodovia, estamos trabalhando concentrados nele, ou seja, o Consórcio do lote 8 está realizando só serviços ali, para que, nós tenhamos, dentro da programação de 10 a 15 de dezembro, não há liberação integral desse trecho, não vai dar porque aí, todo o lote estaria concluído, vai ficar um segmento para quem visualizar ali, Posto Silvestre, Arroz Soltinho, até o Posto da Polícia Rodoviária, não tem condições de se fazer a duplicação. Nos restantes, vão ter as quatro pistas em uso. Vai restar ainda, para o ano que vem, a conclusão das ruas laterais e desse segmento além de obras complementares, é lógico. Mas, com a conclusão desse segmento desde lá da UNIVALE até o Arroz Soltinho e do Posto da Polícia Rodoviária até Barreiros, o congestionamento ali, a Polícia Rodoviária não vai me deixar mentir sozinho, mas eu acredito que isso vai resolver, e muito, aquela situação hoje ali existente. Porque são pontos críticos ali. O ponto final de Barreiros o Viaduto São Pedro, ali é o pior. Já está pronto, já está sendo pavimentado, está faltando apenas a sinalização para que a gente a coloque em uso. Então, ali já vai resolver muito. Porque hoje o que ocorre, que contribui muito para esse congestionamento são as diversas entradas cruzamentos de pistas, um cem número de acessos que existem ali; é posto, é comércio enfim, que vai deixar de existir, porque, com aquela mureta as pistas já concluídas, isto já vai ficar resolvido. Deputado Reno Caramori: - Este trecho do Arroz Soltinho até o Posto da Polícia Rodoviária Federal não pode ser utilizado o acostamento? Eu falei com um Patrulheiro que me informou não ter sido liberado ainda o acostamento. Eu dei uma sugestão: há possibilidade de oficializar a liberação do acostamento, que daí os automóveis vão para frente, os caminhões vem mais lentamente. Patrulheiro Danilo: - À medida que o Dr. Ribas encostar estes dois trechos, pode-se asfaltar o acostamento e pode passar, até porque o Posto da Polícia Rodoviária Federal vai sai dali. Deputado Reno Caramori: - O acostamento ajuda o automóvel e não atrapalha o caminhão. Porque o caminhão mantém uma distância e atrapalha o fluxo. Pode ver, passou uma caminhão ele está a cinquenta metros de distância do outro. Patrulheiro Danilo: - Mas o acostamento tem que estar nivelado. Se estiver fora do nível da pista ele se torna perigoso. Dr. Ribas: - É, eu me permito até sugerir que se avalie isso mais com cuidado para se ter uma segurança total porque se não, nós vamos acabar criando um outro problema, que talvez venha a causar alguns acidentes e aí sim, nós vamos ser responsabilizados. Mas, é uma sugestão que merece ser estudada. Deputado Ivo Konell: - Me desculpe, eu cheguei um pouco atrasado, pode até ser que o assunto já tenha sido tratado pelo deputado Eni, sobre o Viaduto lá 280 com a 101. Aquela situação que o senhor relatou, das alças ela permanece? Nem uma mudança? Dr. Ribas: - Permanece. Deputado Konell: - É que a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá fez uma indagação hoje ao Deputado Udo, e ele não pode estar presente. Então o Deputado Eni ficou responsável para buscar essa informação. Mas então está bom, eu pensei já que tinha acontecido. Mais uma informação, aqui pertinho Ribas, estes ali, pertinho da DVA, eles tem prazo. Dr. Ribas: - Até dezembro deste ano. Deputado Blasi: - Deputado Reno, eu quero em primeiro lugar comprimentá-lo pela oportunidade deste encontro, haja vista que se nós verificarmos a imprensa nesses últimos dias a matéria mais vinculada, mais ventilada tem sido a possibilidade de cortes com desdobramento, no retardamento da entrega da duplicação da BR-101. Aliás, Dr. Ribas, Patrulheiro, a Bancada do PMDB fez um requerimento ao Ministro Eliseu Padilha, manifestando a preocupação, não sei se é um estado psicológico, mas, nos últimos dias que se tem passado, se tem notado um possível desaquecimento no andamento das obras. E é uma preocupação sobretudo, porque, como diz o Deputado Ivan, pela imenência da temporada de verão, e que eu não tenho os números mas, o tráfego, pelo leito da rodovia, aumenta substancialmente. Então, feita esta colocação que o senhor, de certa forma já respondeu, alegando que o cronograma das obras já está mais ou menos dentro do previsto, aliás, como foi colocado neste memorial que nos foi repassado, gostaria de lhe fazer algumas observações pontuais. A primeira delas, é sobre a questão seríssima da sinalização. Para quem

viaja a noite, em dias de chuva, a certos locais em que a gente não sabe onde se encontra. E, dou um exemplo. No sentido Sul/Norte, na chegada de Tijucas, quase na ponte há certos locais que não se sabe onde se está posicionado. Obviamente, Dr. Ribas, eu gostaria de saber, aqui mais ao sul de Florianópolis demandando até a Palhoça, existe só um pequeno ponto de estrangulamento, logo depois do Dimas Caminhões, qual é a data de previsão de entrega daquela obra, daquele pequeno trecho, com o que, esta parte ao sul de Florianópolis estaria totalmente pronta no sentido da duplicação. E, este trecho que se tornou um grande problema, ir daqui a Biguaçu, que hoje transformou-se num inferno para todo mundo, e aqui eu quero aproveitar a presença do Patrulheiro para lhe fazer uma indagação. Porque, há um ponto de estrangulamento na Polícia Rodoviária. Isto é verdade. Passou a Polícia Rodoviária o trânsito flui com normalidade. E não só agora onde há uma duplicação. Antes, quando já havia a mesma rodovia antes da Polícia Rodoviária e depois do Posto da Serraria, não sei se é uma questão psicológica, do motorista, talvez que tivesse que manter um patrulheiro para chamar o trânsito para agilizar o andamento, seriam estas duas questões que se possível, eu gostaria de ver respondidas. Deputado Reno Caramori: - Nós abrimos o espaço então já para o nosso patrulheiro. Essa questão, inclusive, na época do Wamilton, eu sugeri que fosse ampliado até quarenta quilômetros por hora. É impressionante, eu parei uma hora e trinta minutos em janeiro deste ano, eu fiquei uma hora e meia observando. Eu estacionei o meu carro e fiquei observando, falei com o patrulheiro fiquei lá conversando com ele. O carro vem a setenta quilômetro por hora, ele não passa. Ele passa a vinte quilômetros por hora na Polícia e não enxerga a placa de quarenta quilômetros. Ele vai passar nuns vinte a trinta quilômetros por hora. É psicológico, ele chega ali já na altura da Polícia e começa a diminuir. Patrulheiro Danilo: - A gente agradece a oportunidade de estar aqui no meio dos senhores que são os representantes da sociedade catarinense, o que o deputado nos falou do problema da Polícia, é psicológico, mesmo que a gente mude a sinalização ali, Dr. Ribas, para sessenta ou oitenta quilômetros por hora, eles irão passar a vinte ou trinta quilômetros por hora. Nós mantemos um policial ali para puxar o trânsito, quero dizer para os senhores que o Posto da Serraria é um Posto com trabalho muito conturbado. A comunidade cresceu em volta daquele Posto, e a Polícia Rodoviária Federal, não cuida mais só do trânsito da rodovia. Ali, nosso policial rodoviário com duas pessoas para Distrito Policial, aparta briga de marido e mulher, conduz senhoras para a maternidade, então, a Polícia Rodoviária vai ter que tirar o Posto dali. O que vai melhorar essa situação deputado é o Posto dali indo lá próximo ao acampamento Batista. Patrulheiro Danilo: - O nosso Deputado Ivan Ranzolin falou na segurança, a Polícia Rodoviária Federal está na pista para dar segurança para o nosso usuário. Só que, com a duplicação, nós estamos carregando uma cruz maior do que a que devemos carregar. Só que nós temos alguém responsável que não está dando a sua parcela, que são as empreiteiras. Final de semana, feriado, noite. Não se acha ninguém da empreiteira e os telefones passados pelo DNER, estão desligados. Então, nós ficamos com esse problema, entre nós e o usuário. Problema de acidente, como o senhor já falou muito bem e já ocorreram acidentes, a sinalização existe com muita deficiência. Nós estamos lá só para atender o acidente, não para evitá-lo. O trânsito está trancado, as filas não andam, o condutor, quando ele escapa de Biguaçu, excede na velocidade, ultrapassa de qualquer jeito e provoca os acidentes. Então, é essa a atual situação da Polícia Rodoviária Federal. Deputado Reno: - Bem senhores, acreditamos tenham sido esclarecido os assuntos para os quais convocamos esta reunião e antes de encerrá-la desejo agradecer a presença de todos, autoridades, os senhores deputados e aos representantes da Imprensa. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião da qual, eu, Augusto Elling Parcias, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada em tudo conforme, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros presentes.

Florianópolis, 11 de novembro de 1998.

Deputado Reno Caramori - Presidente

Deputado Eni Voltolini - Subst. o Vice-Presidente Deputado

Leodegar Tiscoski

Deputado Carlito Merss - Subst. o Deputado Volnei Morastoni

Deputado Geson Sorgato - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dezessete horas do dia vinte e cinco de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada na Sala de Reuniões das Comissões, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Lício Mauro da Silveira e Manoel Mota. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Primeiramente foi lido e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente relatou os Projetos de Lei nºs. PL/0249.0/98, PL/0221.1/98 e o Projeto de Lei Complementar nº 0015.9/98, colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, do que para constar eu Amarilis Laurenti, Secretária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 25 de novembro de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro

Deputado Manoel Mota - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia dez de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se a Comissão acima epigrafada na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Ideli Salvatti, Vice-Presidente; Lício Mauro da Silveira e Manoel Mota. Havendo quórum regimental o senhor Presidente deu início aos trabalhos. Primeiramente foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou os Projetos de Lei nºs PL/0294.5/98, PL/0321.6/98, colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, do que para constar eu Amarilis Laurenti, Secretária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 10 de novembro de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente

Deputada Ideli Salvatti - Vice-Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro

Deputado Manoel Mota - Membro

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dezessete horas do dia quatro de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se conjuntamente às Comissões de Educação, Cultura e Desporto e Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Herbst, Presidente; Júlio Teixeira; Carlito Mers, substituiu a Deputada Ideli Salvatti; Deputado Olices Santini substituiu o Deputado Udo Wagner e Deputado Norberto Stroich substituiu o Deputado Lício Mauro da Silveira. O Senhor Presidente da Comissão de Educação deu início aos trabalhos apresentando os Projetos de Leis nºs PL/0341.3/98 e PL/0363.6/98 por ele relatado e o Projeto de Lei Complementar nº PC/0014.6/98, relatado pelo Deputado Idelvino Furlanetto. Colocados em discussão e votação as matérias foram aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, do que para constar, eu Amarilis Laurenti, Secretária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala de Reuniões, em 14 de dezembro de 1998.

Deputado Luiz Roberto Herbst - Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Membro

Deputado Carlito Mers - Substituiu a Dep. Ideli Salvatti

Deputado Olices Santini - Substituiu o Dep. Udo Wagner

Deputado Norberto Stroich - Substituiu o Dep. Lício Mauro da Silveira

\*\*\* X X X \*\*\*



**DECRETO LEGISLATIVO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, conforme preceitua o artigo 48, inciso VII, da Constituição do Estado, artigo 112, inciso IV, do Regimento Interno, os artigos 8º e 9º da Lei nº 10.789/98, e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.118/98**

Autoriza o Poder Executivo, em ato representado pelo Procurador Geral do Estado, a receber em dação em pagamento, imóvel de propriedade da Perdigão Agroindustrial S/A e transferir ao Município de Videira.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo representado pelo Procurador Geral do Estado, autorizado a:

I - receber em dação em pagamento correspondente a parcela de débitos tributários da empresa Perdigão Agroindustrial S/A, um imóvel com 10.775,00m² (dez mil, setecentos e setenta e cinco metros quadrados), matriculado sob o nº 12.312 no Ofício Registral na Comarca de Videira;

II - transferir o imóvel descrito no inciso I ao Município de Videira mediante deduções mensais e sucessivas do repasse do ICMS devido pelo Estado ao referido Município;

III - receber em espécie a importância de R\$ 132.854,93 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos) correspondente a diferença entre o valor total da dívida e o imóvel transacionado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 16 de dezembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente  
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário  
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO****Gabinete da Presidência**

Ofício GP/DP/666/98

Florianópolis, 14 de dezembro de 1998

Excelentíssimo Senhor

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Governador,

Venho pelo presente retificar o Ofício GP/DP/479/98, de 08 de outubro de 1998 na parte atinente a autoria da representação.

O aludido ofício aponta que o exemplar encaminhado a Vossa Excelência fora formalizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina, porém, na realidade, os denunciadores são os cidadãos Jefferson Luís Kravchychyn, Luiz Fernando Molléri, Silvio Saul Muller, Gisela Gondin Ramos e Milton Baccin, todos qualificados na representação já recebida por Vossa Excelência, cuja resposta poderá ser adiada nesse sentido caso entenda conveniente.

Na oportunidade renovo protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

Deputado NEODI SARETTA

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA CGP****PORTARIA Nº 010/98/CGP**

O CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições e cumprindo determinação do Senhor Presidente,

RESOLVE:

Convocar os funcionários relacionados em anexo para prestarem serviços extraordinários nos eventos, dias e horários assinalados.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 1º de dezembro de 1998.

Daci Veronese

Chefe de Gabinete da Presidência

**Anexo à PORTARIA Nº 010/98/CGP**

EVENTO	DIA	HORA	LOCAL	FUNCIONÁRIO	MAT.
Seção de Patrimônio	01/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	02/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	03/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	04/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Sonografia	05/12/98	14h às 19h	no local	Vicente Cravo Di Pietro Edson José de Souza	1274 1457
Seção de Sonografia	06/12/98	13h às 19h	no local	Solon Soares Júlio Barbosa Matiauda	2127 2160
Seção de Patrimônio	07/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	08/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907

Seção de Patrimônio	09/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	10/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Patrimônio	11/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Seção de Sonografia	12/12/98	13h às 20h	no local	Edson José de Souza Julio Barbosa Matiauda	1457 2160
Seção de Sonografia	13/12/98	08h às 22h	no local	Vicente Cravo Di Pietro Edson José Souza Solon Soares	1274 1457 2127
Seção de Patrimônio	14/12/98	19h30min às 21h30min	no local	Laura Brasca Milton Francisco Oscar Filho Sânia Barreto Perfeito Olívio Armando dos Santos Anibal C. Estanislau	1141 1153 1598 1605 1907
Reunião de Lideranças do Movimento Sul	14/12/98	14h às 19h	no Plenarinho	Luiz Roberto Silveira	1292
Reunião do Partido Verde	15/12/98	13h às 19h	no Plenarinho	Luiz Roberto Silveira	1292
Seção de Sonografia	19/12/98	18h às 22h	no Plenarinho	Edson José de Souza Julio Barbosa Matiauda	1457 2160
Formatura da 1ª Turma, em nível de especialização da América Latina, do Curso de Mediação e Arbitragem para o Mercosul.	19/12/98	19h às 23h	no Plenarinho	Luiz Roberto Silveira	1292

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS ADMINISTRATIVAS****PORTARIA Nº 457/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício de 1999, do mês de fevereiro para o mês de janeiro, dos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA
Ivon Monteiro de Sousa	1383
José Bertoldo dos Santos	1397
Elizabeth Souza Aragão	1509
Volnei José Esmeraldino	2070

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 458/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício de 1999, da servidora MARILÚ LIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1531, do mês de julho para o mês de janeiro.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 459/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício de 1999, do mês de dezembro para o mês de janeiro, dos servidores abaixo relacionados:

**NOME**

Tereza Paulina Back

Paulo Roberto Silva

Aldérico Furlan

Alsari Antônio Balbinot

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

**MATRÍCULA**

0906

0934

3096

3097

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 460/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

TRANSFERIR férias, relativas ao exercício de 1999, do mês de janeiro para o mês de fevereiro, dos servidores abaixo relacionados:

**NOME**

Alexandre Pantaleão Athanásio

Sinésio Carlos Koerich

Orlando Antônio Backes

Leilse Brusamarello

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

**MATRÍCULA**

0882

2023

2926

2966

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 461/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

TRANSFERIR férias, relativas ao exercício de 1999, do servidor JOSÉ ALFREDO MULLER, matrícula nº 2961, do mês de janeiro para o mês de julho.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 462/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 671, de 19/11/98,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício de 1999, do servidor LUIZ OCTAVIO NEVES, matrícula nº 0809, do mês de fevereiro para o mês de janeiro.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 463/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a HELOISA HELENA CARDOSO, matrícula nº 1563, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 29/11/98.

**PORTARIA Nº 464/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ZENAIDE MEYER, matrícula nº 1588, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 25/11/98.

**PORTARIA Nº 465/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ADELIR BEZ LOPES, matrícula nº 0526, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 02/12/98.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 466/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARIA MÁRCIA DE MELO BARRETO, matrícula nº 1252, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/12/98.

**PORTARIA Nº 467/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARIA CÂNDIDA GOULART CÔRDOVA, matrícula nº 1478, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 04/12/98.

**PORTARIA Nº 468/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA, matrícula nº 1458, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 07/12/98.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 469/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ROSALBA FIUZA LIMA SCHARF, matrícula nº 2144, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 07/12/98.

**PORTARIA Nº 470/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MAURÍLIO JOAQUIM DE SOUZA, matrícula nº 3086, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 07/12/98.

**PORTARIA Nº 471/98** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS, matrícula nº 2022, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 14/12/98.

Palácio Barriga-Verde, em 15/12/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 377/98****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3974**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Transpõe cargos entre os Quadros da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo e do Ministério Público".

Palácio Santa Catarina, 09 de dezembro de 1998

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 14/12/98

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO****GABINETE DO SECRETÁRIO**

Florianópolis, 23 de novembro de 1998.

Do Secretário de Estado da Administração

Cleto Navágio Oliveira

Ao Governador do Estado de Santa Catarina

Paulo Afonso Evangelista Vieira

**Exposição de Motivos SEA/GAB/182/98****1 - Apresentação**

Apresento a Vossa Excelência, Projeto de Lei que transpõe cargos entre os Quadros de Pessoal da Administração Pública Estadual.

**2 - Análise**

O presente Projeto trata precipuamente de transposição de cargos entre os Quadros de Pessoal da Administração Pública Estadual, conforme especificado em seu anexo único.

O encaminhamento decorre de pleitos individuais formulados pelos servidores ocupantes dos respectivos cargos, que mereceram a justificativa e a aquiescência dos titulares dos órgãos de origem e de destino, contando ainda com o seu "autorizo".

Em se tratando de movimentação entre Quadros, carente de previsão legal, indispensável se torna submetê-las à autorização legislativa, sendo a iniciativa de Vossa Excelência, segundo dispõe o § 2º, inciso II do art. 50, da Lei Magna Estadual.

Procurando racionalizar os procedimentos e a forma, sem prejuízo de melhor técnica legislativa, optou-se pelo encaminhamento do projeto, constituído de anexo, o que não enseja novidade de encaminhamento de projetos de igual natureza a nossa Augusta Assembléia "ex vi" da Lei nº 9.768, de 16 de dezembro de 1994, cópia anexa.

**3 - Conclusão**

Face ao exposto, proponho à Vossa Excelência, o encaminhamento do presente Projeto de Lei, a apreciação da Assembléia Legislativa, amparado no Art. 50, § 2º, incisos II e IV da Constituição do Estado.

Respeitosamente

Cleto Navágio de Oliveira

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 377/98**

Transpõe cargos entre os Quadros da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo e do Ministério Público.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,  
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam transpostos entre os Quadros de Pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo e do Ministério Público, os cargos com seus respectivos ocupantes, de acordo com os grupos ocupacionais, níveis, referências, quantitativos e quadros lotacionais constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º As adequações das transposições previstas no artigo anterior desta Lei serão feitas por ato do Chefe do Poder Executivo, com as respectivas reduções nos Quadros de Pessoal de origem.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

## ANEXO ÚNICO

CARGO	GRUPO	NÍV./REF.	QTDE	ORIGEM	DESTINO
Professor	MAG	04 - D	1	SED	SEF
Técnico em Assuntos Culturais	ONS	14 - D	1	FCC	SEF
Professor	MAG	02 - C	1	SED	SSP
Analista Técnico Administrativo II	ONS	14 - C	1	FCC	SGO
Agente Administrativo Auxiliar	MP/SAU	04 - A	1	PGJ	SEF
Professor	MAG	10 - F	1	SED	SEA

## SIGLAS:

SEA — Secretaria de Estado da Administração

FCC — Fundação Catarinense de Cultura

SED — Secretaria de Estado da Educação e do Desporto

SSP — Secretaria de Estado da Segurança Pública

SEF — Secretaria de Estado da Fazenda

SGO — Secretaria de Estado de Governo

PGJ — Procuradoria Geral de Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 378/98**  
**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 3979**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação e concede isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e das Custas Extrajudiciais aos ocupantes do imóvel denominado Belvedere, localizado no Município de Campo Erê".

Palácio Santa Catarina, 10 de dezembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 14/12/98***SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Florianópolis, 05 de novembro de 1998.

**Dr. CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA**

Ao Governador do Estado

**Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA****Exposição de Motivos nº 167/98****1. Apresentação**

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o incluso projeto de lei que autoriza a doação de imóvel e concede a isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e das Custas Extrajudiciais aos ocupantes do imóvel denominado Belvedere, localizado no Município de Campo Erê, neste Estado.

**2. Análise**

O imóvel em tela possui a área total de 1.016.145,29 m<sup>2</sup>, encontra-se matriculado sob o nº 6.666 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e é de propriedade do Estado de Santa Catarina.

É ocupado há mais de vinte anos por agricultores e suas famílias, conforme o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura - SDR explicou a Vossa Excelência na Exposição de Motivos nº 072/98/GAB. O mesmo foi adquirido em 1991, tendo sua área retificada mediante ação proposta pela Procuradoria-Geral do Estado, como se verifica no R.3-6.666 da certidão anexa (fls. 07, do Processo SEAP nº 7.941/986).

A SDR promoveu o parcelamento e a exploração agrícola da área respeitando a situação de fato existente. O projeto de lei originalmente proposto por aquela Pasta foi submetido à análise técnica nesta Secretaria que tomou a iniciativa de sugerir pequenas modificações de modo a corrigir imperfeições e readequá-lo à legislação.

**3. Parecer**

Isto posto e havendo a concordância de Vossa Excelência O referido projeto de lei deverá ser submetido à apreciação da Assembléia Legislativa, para atender as disposições estabelecidas nos artigos 12, § 1º e 39, IX, da Constituição Estadual.

Respeitosamente,

**CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 378/98**

Autoriza a doação e concede isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e das Custas Extrajudiciais aos ocupantes do imóvel denominado Belvedere, localizado no Município de Campo Erê.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar o imóvel matriculado sob o nº R. 3-6.666 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste e de propriedade deste Estado.

§ 1º O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo será loteado e entregue por doação aos respectivos ocupantes dos lotes utilizados como moradia e exploração agrícola.

§ 2º A prova da ocupação, posse e utilização agrícola dos imóveis será atestada pela comissão mencionada no § 1º do artigo 4º desta Lei, constituindo-se indispensável para o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura autorizar a doação parcelada de que trata esta Lei.

Art. 2º Os donatários não poderão alienar ou dar utilização diversa à fração de terras que lhes for doada, antes de decorridos dez anos, contados a partir da data de recebimento do título de propriedade, sob pena de reversão do domínio ao Estado de Santa Catarina, independente de indenização.

Art. 3º Fica vedado o aluguel, o arrendamento ou a parceria, total ou parcial, do imóvel recebido por doação, sob pena da sanção prevista na parte final do artigo anterior.

Art. 4º A desocupação comprovada ou o abandono injustificado por mais de seis meses ininterruptos do lote doado autoriza a sua retomada por parte do Estado de Santa Catarina e a subsequente doação a agricultor sem-terra devidamente cadastrado na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, sem prejuízo das demais disposições desta Lei.

§ 1º A desocupação, o abandono ou a justificativa do abandono do lote doado será apurada e atestada por uma comissão composta por três funcionários públicos estaduais, sendo dois estáveis e pelo menos um da Secretaria de Estado da Administração.

§ 2º A simples notificação extrajudicial dos donatários dos lotes, através de publicação no Diário Oficial do Estado, é suficiente para permitir a reversão nos casos autorizados por esta Lei.

§ 3º Compete ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura:

I - autorizar a retomada dos lotes doados, sem prejuízo da competência da Procuradoria Geral do Estado, prevista no artigo 103 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

II - determinar a escolha do novo beneficiado de lote retomado nos termos regulamentares;

III - nomear, através de portaria, os integrantes da comissão mencionada no § 1º deste artigo.

Art. 5º As transferências efetuadas pelo Estado de Santa Catarina aos donatários das frações de área ficam isentas de tributos estaduais e de custas cartorais e extrajudiciais.

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura providenciar o desmembramento do imóvel, bem como identificar os seus atuais ocupantes e informar à Secretaria de Estado da Administração a qualificação dos seus donatários.

Art. 7º O Estado será representado nos atos de titulação dos lotes pelo Secretário de Estado da Administração ou por quem estiver por ele legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 379/98****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3980**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Palácio Santa Catarina, 10 de dezembro de 1998

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 14/12/98*

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Florianópolis, 09 de dezembro de 1998.

Do Secretário de Estado da Administração

**Dr. CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA**

Ao Governador do Estado

**Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA****Exposição de Motivos nº 198/98****1. Apresentação**

Tenho o prazer de apresentar à elevada consideração de Vossa Excelência o apenso projeto de lei que trata da cessão de uso de imóvel do Estado, pelo prazo de 10 (dez) anos, à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

**2. Análise**

O imóvel em referência constitui-se do antigo teatro da União Beneficente Operária - UBRO, sendo que está regularmente averbado em nome do Estado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01344 nesta Secretaria, localizando-se na rua Pedro Soares nº 15 - Centro - Florianópolis.

No local a Universidade do Estado de Santa Catarina pretende desenvolver atividades culturais e educacionais no campo da arte.

Cumpra-me esclarecer a Vossa Excelência que, recentemente, esse teatro foi restaurado através de diversas ações empreendidas por organismos públicos do Estado, principalmente por esta Secretaria, do Município de Florianópolis e da iniciativa privada.

**3. Parecer**

Isto posto e na hipótese do pleito obter a concordância de Vossa Excelência manifesto-me de acordo por entender que toda a comunidade será favorecida com o benefício.

Respeitosamente,

CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Administração

Sandro Ricardo Fernandes

Secretário Adjunto da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 379/98**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel matriculado sob o nº 39.582 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis e cadastrado sob o nº 01344 na Secretaria de Estado da Administração.

**Art. 2º** O imóvel objeto desta Lei constitui-se do antigo teatro da União Beneficente Recreativa Operária - UBRO e destina-se à Universidade do Estado de Santa Catarina para realizar no local atividades culturais, educacionais e artísticas.

Parágrafo único. Sempre que dele necessitar o Estado poderá usar o imóvel sem qualquer ônus, mediante prévio aviso à Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Art. 3º** É vedado à cessionária gravar com qualquer ônus o imóvel cedido ou oferecê-lo como garantia de dívida ou obrigação de outra espécie.

**Art. 4º** A Universidade do Estado de Santa Catarina responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e rendas obtidas da utilização que dele fizer, sem prejuízo da finalidade prevista.

**Art. 5º** O desvio de finalidade ou a inobservância das disposições desta Lei resultarão na imediata retomada do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

**Art. 6º** Findas as razões justificadoras da cessão ou extinto o prazo previsto no artigo 1º desta Lei, o imóvel será restituído ao Estado.

**Art. 7º** A eventual edificação de benfeitorias passarão a integrar o patrimônio do Estado e em seu nome devem ser averbadas no Cartório do Registro de Imóveis competente.

Parágrafo único. Fica vedada a construção de benfeitorias no imóvel cedido que de alguma forma modifiquem o seu valor histórico ou arquitetônico.

**Art. 8º** Em qualquer caso de retomada do imóvel cedido é vedado o ressarcimento por benfeitorias realizadas, face a gratuidade da cessão.

**Art. 9º** As partes poderão firmar contrato subsidiário a esta Lei para regulamentar a cessão.

**Art. 10.** A presente cessão de uso poderá ser renovada por acordo escrito entre as partes.

**Art. 11.** A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigação permanente e indeclinável da cessionária, inclusive é admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza, sob pena de apuração de responsabilidades.

**Art. 12.** Os custos com as eventuais benfeitorias exigidas para alcançar os objetivos da cessão correrão por conta exclusiva da cessionária, observado o parágrafo único do artigo 7º desta Lei.

**Art. 13.** O Estado será representado no ato de cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem estiver legalmente constituído.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 380/98**

**Declara de Utilidade Pública a Associação Casa Familiar do Mar "Luiz Carlos Perin" de São Francisco do Sul.**

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Casa Familiar do Mar "Luiz Carlos Perin", com sede e foro no município e Comarca de São Francisco do Sul.

**Art. 2º** À entidade de que trata esta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Eni Voltolini

*Lido no Expediente**Sessão de 14/12/98***JUSTIFICATIVA**

A Associação Casa Familiar do Mar "Luiz Carlos Perin", tem como objetivo fornecer a jovens, filhos de pescadores, formação profissional nas atividades relacionadas com o mar, formação moral e social, na expectativa de desenvolver conhecimentos técnicos e cidadania a cada participante e a seus familiares.

A entidade localizada no município de São Francisco do Sul, tem a participação dos municípios de Barra Velha, Balneário Barra do Sul e Itapoá em todas as atividades que promove, sendo esta iniciativa, aplaudida pela comunidade, pois, busca resgatar a cidadania das comunidades pesqueiras destes municípios.

Assim, pedimos a acolhida deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 381/98**

**Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do Sul".**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do Sul, com sede e foro na cidade e Comarca de Jaraguá do Sul.

**Art. 2º** À entidade de que trata esta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Ivo Konell

*Lido no Expediente**Sessão de 14/12/98***JUSTIFICATIVA**

Para assegurar o desenvolvimento e o bem estar dos portadores de psicose diagnosticada como AUTISMO, e proporcionar condições para que os mesmos sejam integrados a sociedade foi criada a AMA - Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do Sul.

Fundada em 1991, a Associação tem como objetivos aqueles propostos no art. 2º do Estatuto, cujo trabalho tem atingido uma gama significativa de soluções para esclarecer e/ou amenizar inúmeras dúvidas que cercam o Autismo.

Baseados nesta realidade, a AMA - Associação dos Amigos do Autista de Jaraguá do sul, busca tornar mais simples e objetiva a convivência de uma pessoa portadora da Síndrome do Autismo na sociedade.

Assim, pedimos a acolhida deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 382/98**

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL LÉON DENIS - FEALD**, com sede e foro na cidade e Comarca de Tubarão.

Art. 2º - À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Leodegar Tiscoski

*Lido no Expediente**Sessão de 14/12/98***Justificativa**

Esta Entidade tem por finalidade, a manutenção de instituições de caráter assistencial que desenvolvem programas de convivência familiar, comunitária e apoio sócio-educativo, cultural e recreativo, albergues, creches, asilos, casa de idosos, abrigos para menores, casa abertas, casa lar, oficina profissionalizante, etc. e a prática da caridade material e espiritual a quem a procure, sem distinção de raça, credo, cor, sexo formação cultural ou condição sócio-econômica.

A Câmara Municipal de Vereadores de Tubarão, declarou a referida Entidade com o título de utilidade pública através da Lei nº 2.216, de 08 de dezembro de 1998.

Por considerar justa e merecida a solicitação, submete a Vossas Excelências a apreciação do Projeto de Lei que declara de utilidade pública a Fundação Educacional e Assistencial Léon Denis - FEALD.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 383/98****DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o "Centro Integrado de Ciências da Região Sul de Santa Catarina (CINCRES/SC)", com sede e foro na cidade e comarca de Tubarão.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 1º de dezembro de 1998.

Deputado MIGUEL XIMENES

*Lido no Expediente**Sessão de 15/12/98***JUSTIFICATIVA**

Submetemos à apreciação deste Parlamento o presente Projeto de Lei que objetiva declarar de utilidade pública estadual o Centro Integrado de Ciências da Região Sul de Santa Catarina - CINCRES/SC, entidade voltada ao aperfeiçoamento de professores e outras atividades afins.

No ensino, pensamos cópias, entre outros, dos seguintes documentos:

1. estatuto social;
2. publicação do extrato do estatuto no Diário Oficial do Estado

3. certidão de registro de pessoa jurídica;

4. ata de eleição da diretoria;

5. declaração de funcionamento firmada pelo Coordenador Regional de Educação (Tubarão);

6. Lei nº 2.147, de 9 de janeiro de 1998, do Município de Tubarão, declarando a entidade de utilidade pública municipal;

7. inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC;

8. do relatório de atividades referente ao último exercício.

Esses documentos, como poderá ser constado numa simples verificação, comprovam o cumprimento das exigências legais cabíveis à espécie e, em especial, a condição de entidade que efetivamente cumpre os requisitos exigidos à declaração pretendida.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 384/98**

Declara de Utilidade Pública Associação de Moradores Escolinha

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ESCOLINHA, com sede e foro na cidade e Comarca de JOINVILLE.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1998.

DEPUTADO ADELOR VIEIRA

4º Secretário

*Lido no Expediente**Sessão de 15/12/98***JUSTIFICATIVA**

A Associação de Moradores Escolinha, fundada em 13 de dezembro de 1987, com sede na cidade de Joinville, sito a Rua Universidade nº 355 - Bairro Boehmerwald, é uma entidade civil sem fins lucrativos.

A Associação de Moradores Escolinha, é uma entidade que tem por finalidade congregar, estimular, representar, colaborar, defender, estimular, desenvolver trabalhos entre os moradores e amigos da localidade e outras regiões.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 385/98****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 3981**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel no Município de Florianópolis".

Palácio Santa Catarina, 15 de dezembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente**Sessão de 15/12/98***SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Florianópolis, 11 de dezembro de 1998.

Do Secretário de Estado da Administração

**Dr. CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA**

Ao Governador do Estado

**Dr. PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA****Exposição de Motivos nº 221/98****1. Apresentação**

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que trata da concessão de direito real de uso gratuito, do imóvel de propriedade do Estado, situado no Distrito de Canasvieiras e matriculado sob o nº 32.227 no Cartório de 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis.

**2. Análise**

O imóvel referido anteriormente possui a área aproximada de 18.570,00 m<sup>2</sup> (dezoito mil quinhentos e setenta metros quadrados), sendo que o prazo previsto da concessão é de 20 (vinte) anos.

O benefício será concedido na forma abaixo estabelecida:

a) parte do terreno, com a área de 8.985,75 m<sup>2</sup> (oito mil novecentos e oitenta e cinco metros e setenta e cinco decímetros quadrados) será para a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina - APESC construir sua sede social;

b) e a outra parte, com a área de 9.584,80 m<sup>2</sup> (nove mil quinhentos e oitenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados) será para a Associação de Ensino de Santa Catarina - ASSESC edificar a Escola Superior de Ensino de Turismo e Hotelaria de Florianópolis.

Senhor Governador, os pleitos aqui expostos já foram apresentados a Vossa Excelência através dos Processos Seap nº 15.050/971 e 9.082/980 que encontram-se na Secretaria de Estado da Casa Civil.



**3. Parecer**

Isto posto e havendo concordância de Vossa Excelência manifesto-me de acordo com concessão dos benefícios e recomendo o envio do anexo projeto de lei à análise da Assembléia Legislativa, por entender indispensável a devida autorização legal.

Respeitosamente,

**CLETO NAVAGIO DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado da Administração

**Sandro Ricardo Fernandes**

Secretário Adjunto da Administração

**PROJETO DE LEI Nº 385/98**

Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

**GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o direito real de uso gratuito do imóvel matriculado sob o nº 32.227 no Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, situado no Distrito de Canasvieiras, e cadastrado sob o nº 00428 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei será concedida na forma abaixo:

I - à Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina - APESC, entidade sem fins lucrativos, com sede em Florianópolis-SC, caberá uma fração do imóvel mencionado no artigo anterior, destinado à construção da sua sede social, possuindo as seguintes características, medidas e confrontações: terreno de forma retangular, sem benfeitorias, com três frentes, sendo a primeira para a rua Apóstolo Pascoal Pítsica, onde mede 75,00 m (setenta e cinco metros) a contar da esquina com a rua Vasco de Oliveira Gondin; a segunda frente é para a rua Vasco de Oliveira Gondin, medindo 119,81 m (cento e dezenove metros e oitenta e um centímetros); a terceira frente é para a rua João de Oliveira, onde mede 75,00 m (setenta e cinco metros), perfazendo a área de 8.985,75 m<sup>2</sup> (oito mil, novecentos e oitenta e cinco metros e setenta e cinco decímetros quadrados);

II - à Associação de Ensino de Santa Catarina-ASSESC, com sede em Florianópolis-SC, caberá a outra fração do imóvel referido no artigo anterior, destinado à instalação da Escola Superior de Ensino de Turismo e Hotelaria de Florianópolis e que possui as seguintes características, medidas e confrontações: terreno retangular, sem benfeitorias, com três frentes, sendo a primeira para a rua Apóstolo Pascoal Pítsica, onde mede 80,00 m (oitenta metros) a contar da esquina com a rua Afonso Cardoso da Veiga; a segunda frente é para a rua Afonso Cardoso da Veiga medindo 119,81 m (cento e dezenove metros e oitenta e um centímetros); a terceira frente é para a rua João de Oliveira, onde mede 80,00 (oitenta metros), perfazendo a área de 9.584,80 m<sup>2</sup> (nove mil quinhentos e oitenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados).

Art. 2º A Administração Pública do Estado poderá modificar e revogar unilateralmente a concessão autorizada por esta Lei, independente de notificação judicial ou extrajudicial, quando o uso do imóvel se tornar incompatível com a afetação do bem ou se revelar contrário ao interesse público.

Art. 3º Todas as benfeitorias construídas no local pelas concessionárias passarão a integrar o patrimônio do Estado e em seu nome deverão ser averbadas no Cartório do Registro de Imóveis competente, vedado o ressarcimento face à gratuidade da concessão.

Art. 4º As concessionárias ficam proibidas de transferir a terceiros quaisquer direitos adquiridos com a presente concessão de uso, sendo vedada a alienação do imóvel.

Art. 5º É vedado às concessionárias oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza.

Art. 6º O desvio de finalidade ou a inobservância de qualquer dispositivo desta Lei resultará na retomada do imóvel, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

Art. 7º O prazo da concessão de direito real de uso por esta Lei autorizada é fixado em 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por acordo escrito entre as partes.

Parágrafo único. Findas as razões da concessão antes do término do prazo previsto no "caput" deste artigo, o imóvel e as benfeitorias serão restituídos e incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 8º A paralisação das atividades de quaisquer das concessionárias por tempo superior a 6 (seis) meses ou a extinção das suas finalidades básicas implicará no direito à retomada do respectivo imóvel.

Art. 9º As concessionárias disporão, cada uma delas, do prazo comum de 2 (dois) anos para dar início à utilização do imóvel nas finalidades previstas, sob pena de reversão.

Art. 10. As partes poderão firmar, em conjunto ou isoladamente, contrato subsidiário desta Lei.

Art. 11. A conservação, zelo e segurança dos terrenos constituem obrigação permanente de cada concessionária, inclusive é admitido o seguro contra sinistros de qualquer natureza enquanto durar a concessão e limitado aos respectivos imóveis.

Art. 12. Em defesa da posse do terreno as concessionárias poderão intentar as ações necessárias para salvaguardar a propriedade do Estado contra eventual turbação, esbulho ou outra ameaça, sem prejuízo da competência da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 13. A concessão de direito real de uso prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 14. As concessionárias responderão, na medida das suas responsabilidades, pela ação ou omissão que causar prejuízos a terceiros durante a concessão.

Art. 15. O Estado será representado pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem estiver legalmente constituído no ato do registro imobiliário da presente concessão de uso.

Art. 16. Nenhuma despesa decorrente desta concessão de direito real de uso será suportada pelo Estado.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 386/98**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 3982**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Institui o Fundo para Prevenção, Controle e Treinamento dos Dependentes Químicos do Estado de Santa Catarina - FUNPC-SC e estabelece outras providências".  
Palácio Santa Catarina, 15 de dezembro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 15/12/98*

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 359/98

Em 10 de dezembro de 1998

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que institui o Fundo para Prevenção, Controle e Treinamento dos Dependentes Químicos do Estado de Santa Catarina - FUNPC-SC e dá outras providências, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Os recursos do FUNPC-SC serão constituídos de dotações específicas consignadas no orçamento estadual; dotações; auxílios, subvenções, contribuições ou transferências resultantes de convênios; recursos oriundos do FUNCAB - Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (criado por Lei Federal); e outros que legalmente lhe forem atribuídos.

Os recursos do fundo serão aplicados em ações que visem a prevenção e o controle do uso de entorpecentes e substâncias químicas, bem como o tratamento dos dependentes químicos do Estado.

Assim, por se tratar de matéria relevante para o bem-estar da coletividade catarinense, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Marco Aurélio de Andrade Dutra  
Secretário de Estado da Fazenda

#### PROJETO DE LEI Nº 386/98

Institui o Fundo para Prevenção, Controle e Tratamento dos Dependentes Químicos do Estado de Santa Catarina - FUNPC-SC e estabelece outras providências.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, o Fundo para Prevenção, Controle e Tratamento dos Dependentes Químicos do Estado de Santa Catarina - FUNPC-SC, com o objetivo de proporcionar a melhoria das ações relacionadas ao Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado de Santa Catarina - CONEN-SC.

Art. 2º Constituirão recursos do FUNPC-SC:

I - dotações específicas consignadas no Orçamento do Estado;

II - doações de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

III - auxílios, subvenções, contribuições ou transferências resultantes de convênios com entidades públicas ou privadas;

IV - recursos oriundos do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB, criado pela Lei Federal nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986;

V - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

§ 1º Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do FUNPC-SC.

§ 2º Os recursos do FUNPC-SC serão movimentados em conta específica aberta no Banco do Estado de Santa Catarina S/A.

Art. 3º A gestão dos recursos do FUNPC-SC caberá ao Conselho de Administração, cuja presidência será exercida pelo Presidente do CONEN-SC.

Art. 4º Os recursos do FUNPC-SC serão aplicados em:

I - programas educativos de prevenção e controle do uso de entorpecentes e substâncias químicas;

II - programas de formação para a repressão, o controle e a fiscalização do uso ou do tráfico de drogas;

III - entidades que mantenham programas de tratamento e recuperação de usuários de substâncias químicas e de apoio a seus familiares;

IV - aquisição de material permanente, bem como veículos automotores, bens imóveis e reformas dos mesmos, a serem utilizados nas atividades do CONEN/SC;

V - custeio de atividades do FUNPC-SC e CONEN-SC;

VI - participação de representantes em eventos realizados no Brasil ou no exterior que versem sobre drogas e nos quais o Estado tenha de se fazer representar, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;

VII - confecção e distribuição de literatura de orientação sobre prevenção, riscos e tratamento da dependência química;

VIII - supervisão técnico-administrativa das atividades exercidas pelo CONEN;

IX - pesquisas, treinamento e capacitação de recursos humanos vinculados ao programa de entorpecentes desenvolvidos pelo CONEN-SC.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do FUNPC-SC dependerá da prévia aprovação do seu Conselho de Administração.

Art. 5º O FUNPC-SC terá escrituração contábil própria, atendidas as legislações federal e estadual pertinentes e as normas estabelecidas pelos Sistemas de Orçamento e Administração Financeira e de Contabilidade e Auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º Decreto do Poder Executivo regulamentará o FUNPC-SC no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 387/98

**Declara de Utilidade Pública**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Siderópolis Clube, com sede na cidade de Siderópolis e foro na Comarca de Urussanga.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 1998.

Deputado GILMAR KNAESEL

*Lido no Expediente*

*Sessão de 15/12/98*

#### **JUSTIFICATIVA**

A entidade apresentada neste Projeto de Lei de Utilidade Pública, Siderópolis Clube, tem consignado em seus estatutos o objetivo precípuo de congregar seus associados em diversões e reuniões sociais, promovendo desta maneira a prática desportiva.

Desenvolvendo seus serviços sociais há mais de trinta anos, a entidade não tem fins lucrativos, preenchendo desta maneira os requisitos para obter o beneplácito legal.

\*\*\* X X X \*\*\*

### TERMO DE ADITAMENTO A CONVÊNIO

#### TERMO DE ADITAMENTO A CONVÊNIO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio que entre si celebraram a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e o Hospital Infantil Joana de Gusmão, visando a disposição de servidores.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Deputado Neodi Saretta, e o Hospital Infantil Joana de Gusmão, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Dr. Roberto de Souza Moraes, de conformidade com os termos da Resolução nº 1013/91, de 15 de maio de 1991, do Poder Legislativo, firmam entre si o presente TERMO ADITIVO, mantendo-se todas as cláusulas constantes do Convênio avençado em 1º de janeiro do ano corrente, modificando-se tão somente a CLÁUSULA SEGUNDA, que neste ato é prorrogada através deste Aditivo, até 31/01/99.

Florianópolis (SC), em 15 de dezembro de 1998

**Deputado Neodi Saretta**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

**Dr. Roberto Souza Moraes**

Diretor Geral do Hospital Infantil Joana de Gusmão

\*\*\* X X X \*\*\*